



CADERNOS PENSE BRASIL

VIRTUAL

RESISTÊNCIA E DEMOCRACIA: APRENDIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA SOCIAL ESTRATÉGICA

Junho/Julho de 2020 - Nº 6



**RESISTÊNCIA E
DEMOCRACIA**

CADERNOS
**PENSE
BRASIL**
VIRTUAL

RESISTÊNCIA E DEMOCRACIA:
APRENDIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA
AGENDA SOCIAL ESTRATÉGICA

Diretor Presidente

Ricardo Coutinho

Diretor Vice-presidente

Alexandre Navarro

Diretor Financeiro

Francisco Cortez

Diretor de Estudos e Pesquisas

Carlos Amastha

Diretor de Organização

Fabio Maia

Conselho Curador

Presidente

Carlos Siqueira

Membros Titulares

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Felipe Martins

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Ricardo Coutinho

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

Suplente

Henrique Antão

Conselho Fiscal

Membros Titulares

Alessandro Antônio Stefanutto

Jônia Maria de Lima Pompeu

Thyago Henriques de O. Madruga Freire

Suplentes

Orlando José Felipe Castells

Luciana de Oliveira

Cadernos Pense Brasil

Coordenação-Geral

Fabio Maia

Coordenação Editorial

Márcia Rollemberg

Assessoria de Comunicação

Luciana Capiberibe

Edição

Instituto Paulista de Cidades

Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC)

Pesquisa e Texto

Adriana Silva

Fernanda Rosas Pires de Saboia

João Eduardo do Nascimento Fonseca

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Projeto Gráfico e diagramação

Adriana Silva

Revisão

Eva Barbosa

Assessoria de Comunicação e Redes Sociais

Muganga Criativa Comunicação Digital

Gráfica

Qualidade Gráfica e Editora

Tiragem

3 mil exemplares

Acesso e download

<http://fjmangabeira.org.br/pensebrasil.resistenciaedemocracia.n.06>

Catálogo na publicação (CIP)

F981b

Cadernos Pense Brasil Resistência e Democracia: Aprendizados para a Construção de uma Agenda Social Estratégica. Fundação João Mangabeira.

Editora FJM, 2020 - nº 6, junho/julho.

54 p.il. color 21 x 27cm

1. Política - Brasil. 2. Democracia. 3. Socialismo
I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

ISSN 2674-7995

CDD 320

CDU 32 (81)



Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279

fjm@fjmangabeira.org.br

www.fjmangabeira.org.br

www.facebook.com/Fjoamangabeira

twitter.com/fj_mangabeira

www.instagram.com/fjmangabeira

www.tvjoamangabeira.org.br

www.observatoriodademocracia.org.br



APRESENTAÇÃO

Entre os meses de março e agosto de 2020, as crises epidemiológica, política e econômica, combinadas, atingiram patamares alarmantes no Brasil. Enquanto a pandemia da covid 19 fez avançar, em progressão geométrica e aos milhares, os números de contágio e de mortes no país, a conduta governamental beirou o crime de responsabilidade. Indiferença, negacionismo, escárnio, omissão e anomia se compuseram no cenário bizarro da inépcia e da dança das cadeiras ministeriais, das intrigas palacianas, do vazio de governança, dos espetáculos reacionários em afronta à Constituição, até mesmo, e em especial, aqueles vergonhosamente protagonizados pelo Presidente da República. Tudo voltado para uma “audiência social” constituída sobretudo de ignorantes, aloprados, neofascistas e de alguns poucos – tardios e silentes – “arrepentidos”. A turba de equivocados – embora perigosos, como ensina a História –, segundo os sempre estranhos e insondáveis processos de pesquisa, insiste em somar 30% da população, que continuariam a endossar os desca-

labros do Executivo. Depois do desastre pelo qual também é responsável, a mídia hegemônica-Criadora – ou o PIG (Partido da Imprensa Golpista), conforme o termo impecável criado pelo saudoso jornalista Paulo Henrique Amorim –, agora, renega a criatura e faz de conta que não tem nada a ver com isso.

As narrativas e métodos arbitrários, tendenciosos e seletivos do lavajatismo e do sentimento antipolítico que embalaram a conspiração, o golpe e a ascensão da extrema-direita no país foram o amálgama de uma tragédia e de uma farsa anunciadas. “Legitimada” por um processo de aparência democrática, mas de essência autoritária, a candidatura e a eleição do capitão reformado fizeram emergir, de vez, das profundidades da sociedade brasileira aquilo que Humberto Eco denominou de o “fascismo eterno”. De um ‘antico-munismo’ démodé até um nacionalismo ‘canarinho’ e de araque, se viu um pouco de tudo por avenidas, estúdios, redações, ciberespaços e tribunas do país. Um festival bizarro de barbaridades nos bestializando, dia após dia, a nós os brasileiros democratas, responsáveis e consequentes. E, ‘pra não dizerem que não falamos de flores’, acrescente-se que, em meio a tudo, a sociedade civil tem sido obrigada a assistir ao retorno indevido de militares – aos milhares – à política e aos postos de governança.

O fato é que, desde as chamadas “Jornadas de julho de 2013”, mas especialmente com o golpe de 2016, o Brasil vem sofrendo a ação crescente de forças reacionárias de fora e de dentro do país. Nossa democracia ainda em construção – frágil e imperfeita – se vê, novamente, brutalizada por interesses, grupos e indivíduos protegidos por suas posições no interior das estruturas de Estado e capilarizados em setores autoritários e atrasados da sociedade. O retrocesso interrompe um processo de avanços sociais conquistados desde o fim da ditadura civil-empresarial-militar em 1985. Mais que isso. Impõe e aprofunda uma agenda de ódios ideológicos, culturais, civilizatórios; de destruição ambiental; de aniquilamento das políticas sociais; de entrega do patrimônio público e nacional.

No plano internacional, em decorrência dos

efeitos avassaladores da Pandemia, os países centrais se defrontam com a falência do ideário neoliberal, das supostas virtudes do Estado Mínimo, da Mão Invisível do Mercado e de outras bobagens falaciosas. Até mesmo matrizes do capitalismo admitem a adoção de políticas sociais como a renda mínima universal. Arautos do Capital, como o jornal britânico *Financial Times*, propõem reformas radicais para reverter a direção política predominante nas últimas quatro décadas, propõem encarar os serviços públicos como investimentos, e não despesas; admitem a centralidade e a função estratégica do Estado na economia, para estabilizar os mercados de trabalho, para redistribuir renda, promover a justiça tributária.

Portanto, em nosso país, trata-se de combinar e consolidar duas pautas inadiáveis e continuadas: a da resistência democrática contra as ameaças e aventuras autoritárias e a de elaboração de uma agenda social estratégica para o Brasil.

Foi, portanto, em meio a esse ambiente e com o propósito de seguir contribuindo para o debate público qualificado das grandes questões nacionais e internacionais que, entre 6 de abril e 3 de agosto, a Fundação João Mangabeira realizou a segunda série de edições virtuais do ciclo de debates PENSE BRASIL. Foram oito encontros nos quais aprofundamos nossa reflexão sobre temas estratégicos como as relações sensíveis e determinantes entre pandemia e o papel do Estado; a economia e

as estruturas sociais; saúde, educação, trabalho e renda; resistência democrática, defesa da legalidade e cenários de saída da crise; regulação e socialização das mídias e da comunicação; novas matrizes para o desenvolvimento social e econômico nas cidades e no campo; enfrentamento das desigualdades; reforma tributária.

Para tratar desse temário pudemos contar com a participação qualificada de intelectuais, especialistas e lideranças de reconhecidas expertise e representatividade, a quem dedicamos os nossos fraternos agradecimentos. Em ordem de apresentação, estiveram conosco os professores e pesquisadores Marta Arretche e Cesar Callegari, o Ex-Senador João Capiberibe, a juíza Valdete Severo, o Ex-Ministro e Ex-Governador Tarso Genro, o Ex-Governador Marcio França, os professores e pesquisadores Margarida Vieira, Daniel Aarão Reis e Jessé Sousa, os Jornalistas Luis Nassif e Bia Barbosa, o Deputado Alessandro Molon, o Teólogo Leonardo Boff, o Professor e Pesquisador Emir Sader, o Deputado Bira do Pindaré, as Professoras e Pesquisadoras Laura Carvalho, Hildete Pereira de Melo e Leda Paulani, o Deputado Vilson da Fetaemg, os companheiros do PSB Valneide Nascimento, Tony Sechi, Dora Pires, Tathiane Aquino de Araújo, Joilson Antonio Cardoso, Acilino Ribeiro de Almeida, Ursula Peres, o Professor e Pesquisador Eduardo Fagnani, o deputado Elias Vaz.

Ricardo Coutinho

Presidente da Fundação João Mangabeira



Manifesto Pense Brasil

em defesa da vida, pela valorização do SUS e da democracia brasileira

Fundação João Mangabeira

“

NÃO
vamos
desistir
do **Brasil**

”



Eduardo Campos

Manifesto Pense Brasil

A favor da construção de uma agenda social estratégica

Junho/Julho de 2020

Compreendendo as diversas manifestações realizadas durante a realização dos eventos Pense Brasil “Resistência e Democracia: Aprendizados para a construção de uma agenda social estratégica”, ao longo dos oito encontros virtuais realizados nos meses de julho e agosto de 2020;

Considerando as colocações realizadas e seu potencial propositivo, firma-se, por meio deste documento, o Manifesto da Fundação João Mangabeira a favor da construção de uma agenda social e estratégica.

A FJM defende como prioridades absolutas e estratégias de ação neste campo:

1. Articulação entre todos os representantes da esquerda para a construção da referida agenda de maneira a garantir o fortalecimento das propostas progressistas;
2. Compromisso com as pautas sociais para uma nova hegemonia com ênfase no bem-estar, na educação, na saúde, no trabalho e renda e na cultura;
3. Combate aos eventos autoritários que fragilizam a democracia brasileira;
4. Combate à ascensão do neofascismo;

5. Regulação e socialização das mídias sociais e instrumentos de comunicação a fim de promover modelos de governança que expandam a participação cidadã;

6. Fortalecimento do Estado para os atendimentos necessários e precisos às vítimas sociais da pandemia;

7. Criação e fortalecimento de novas matrizes para o desenvolvimento social e econômico nas cidades e no campo;

8. Fortalecimento das identidades brasileiras como estratégia para a defesa da democracia e o compromisso com o desenvolvimento;

9. Defesa de uma reforma tributária ampla que compreenda a taxaão das grandes fortunas, contra o financeirismo predatório;

10. Ampliação da relações internacionais para o fortalecimento das frentes democráticas e de esquerda.



PROGRAMAÇÃO EDIÇÃO VIRTUAL

Pautas Sociais para uma Nova Hegemonia: Estado do Bem-Estar, Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e Renda



8 de junho

Cesar Callegari

Sociólogo, Presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada
Ex-Secretário Municipal de Educação de São Paulo



João Capiberibe

Ex-Senador Amapá-PSB
Ex-Governador do Amapá-PSB



Marta Arretche

Profa. Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo

Ricardo Coutinho

Moderador

Resistência Democrática, Defesa da Legalidade e Cenários de Saída da Crise



15 de junho

Márcio França

Ex-Governador de São Paulo - PSB
Ex-Prefeito de São Vicente



Valdete Severo

Presidente da Associação de Juízes pela Democracia
Juíza do Trabalho da 4ª Região



Tarso Genro

Ex-Ministro da Educação e Ex-Ministro das Relações Institucionais e da Justiça
Ex-Prefeito de Porto Alegre - PT

Ricardo Coutinho

Moderador

EDIÇÃO VIRTUAL PROGRAMAÇÃO

A Ascensão do Neofascismo: Balanço e Estratégias de Superação

22 de junho

Margarida Vieira

Doutora em História pela
Universidade Federal Fluminense

Daniel Aarão Reis

Sociólogo, Professor Titular da
Universidade Federal do ABC

Jessé Souza

Professor Titular de História
Contemporânea na Universidade
Federal Fluminense

Ricardo Coutinho

Moderador



Mídias e Comunicação como Vetores de Governança e Cidadania: Regulação e Socialização

29 de junho

Luis Nassif

Jornalista, Jornal GGN

Bia Barbosa

Jornalista, Coordenadora
do Intervozes
Coletivo Brasil de
Comunicação Social

Alessandro Mollon

Deputado Federal PSB

Ricardo Coutinho

Moderador



PROGRAMAÇÃO EDIÇÃO VIRTUAL

Lições da Pandemia para o Enfrentamento das Desigualdades: O Sistema está Nu!

13 de julho

Emir Sader

Sociólogo e Cientista Político

Diretor do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Leonardo Boff

Teólogo, Escritor e Professor

Bira do Pindaré

Deputado Federal-PSB

Ex-Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Maranhão

Ricardo Coutinho

Moderador

Novas Matrizes para o Desenvolvimento Social e Econômico nas Cidades e no Campo

20 de julho

Laura Carvalho

Professora Associada Livre-Docente do Departamento de Economia da USP

Leda Paulani

Economista, Professora Livre-Docente do Departamento de Economia e da Pós-graduação em Economia da USP

Hildete Pereira de Melo

Professora associada da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Vilson da Fetaemg

Deputado Federal PSB

Ricardo Coutinho

Moderador

EDIÇÃO VIRTUAL **PROGRAMAÇÃO**

Identidades Brasileiras: Um Vetor Original para a Democracia e o Desenvolvimento

24 de julho

Valneide Nascimento

Presidente da Negritude
Socialista Brasileira

Tony Sechi

Presidente Nacional
da Juventude do PSB

Dora Pires

Secretária Nacional
de Mulheres do PSB

Luciana Trindade

Coordenadora Nacional do PSB Inclusão

Tathiane Araújo

Secretária Nacional
do Segmento LGBT do PSB

Joilson Cardoso

Secretário Nacional Sindical do PSB

Acilino Ribeiro

Movimento Popular Socialista

Ricardo Coutinho

Moderador



A Reforma Tributária em Disputa e o Financeirismo Predatório: O Brasil não Merece o Brasil

27 de julho

Úrsula Peres

Economista, Professora no Curso de
Gestão de Políticas Públicas da USP

Eduardo Fagnani

Economista, Professor do Instituto de
Economia da Universidade
Estadual de Campinas

Elias Vaz

Deputado Federal-PSB

Ricardo Coutinho

Moderador





Pautas Sociais para uma Nova Hegemonia: Estado do Bem-Estar, Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e Renda

Marta Arretche

Profa. Titular do Departamento de Ciência Política
da Universidade de São Paulo

Cesar Callegari

Sociólogo, Presidente do Instituto Brasileiro
de Sociologia Aplicada
Ex-Secretário Municipal de Educação de São Paulo

João Capiberibe

Ex-Senador pelo Amapá-PSB
Ex-Governador do Amapá-PSB

Ricardo Coutinho

Moderador

Uma nova hegemonia não seria possível sem o fortalecimento das pautas sociais. Certa disso, a Fundação João Mangabeira (FJM) retomou os debates do PENSE BRASIL, no modelo virtual, depois de uma série de dez encontros, com esse tema relevante. Embora necessário, em todos os tempos, intensificado no presente pelo rumo da política nacional e pelos danos da pandemia.

Com a participação da Professora Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Marta Arretche; do Presidente do Instituto Brasileira de Sociologia Aplicada, Ex-Secretário Municipal de Educação de São Paulo, o Sociólogo Cesar Callegari; e do ex-Senador pelo Amapá, João Capiberibe; o Presidente da FJM e moderador do debate, Ricardo Coutinho, iniciou a conversa instigando os convidados a falarem sobre democracia.

Para balizar as falas, Coutinho historicizou os anos recentes, com destaque para a criminalização da política, associada a uma grave crise econômica; o comportamento do Congresso produzindo pautas-bomba a todo momento; e a perda de competitividade mundial do País. Para o moderador, todos esses tópicos colaboraram para fragilizar a democracia.

A Professora Marta Arretche apontou a questão da democracia como um desafio enorme do Brasil e, na sequência, localizou os públicos diversos que atuam nesse campo, enfatizando a existência de setores que, abertamente, se declaram contra a democracia. “Dentre os quais o Presidente da República, que faz declarações muito graves na direção de ferir princípios democráticos”, acrescentou a Professora.

Entretanto, Marta Arretche não é pessimista, em relação ao que pode ocorrer no futuro. Ela visualiza sinais promissores, na formação de uma frente democrática e na união de setores da sociedade brasileira, inclusive aqueles que têm posições diferentes relativas às questões econômicas e à agenda social. “Vejo a necessidade da união de grupos diversos que tenham em comum o propósito de preservar o sistema democrático e o estado de direito, o respeito à lei e o respeito às instituições.”

Embora otimista com a possibilidade, a professora não certifica que ocorrerá. Para ela, dependerá

da capacidade das forças democráticas conseguirem forjar uma ampla aliança para fazer frente aos riscos do autoritarismo, do controle da informação e do caos.

Cesar Callegari lembrou que o Brasil não está sozinho nessa situação. “Parece que saíram do armário forças altamente reacionárias, conservadoras, em vários lugares, como nos Estados Unidos”, disse ele. Depois, citou as eleições municipais na França, em que a extrema-direita só não ganhou porque amplos setores da sociedade francesa se uniram contra o que Callegari chamou de perigo de um retrocesso enorme.

Para o sociólogo, a realidade atual reflete as intensas mudanças no modo de produção capitalista, em todo o mundo. Mudanças altamente acentuadas pela emergência das novas tecnologias. O colapso dos sistemas tradicionais de representação política, partidos políticos, os sistemas eleitorais e os sindicatos está sendo desenhado com base nessa transição do modelo de sociedade. “Todas essas formas tradicionais de representação política, de classes e de grupos têm sido colocadas em xeque”, acrescentou o político do PSB.

Nessa lista de instituições em crise, Callegari incluiu a família. Para ele, está havendo uma reação conservadora em que grupos tradicionais estão buscando, de uma maneira saudosista, retomar valores do passado. “São grupos xenofóbicos, ultranacionalistas, racistas, excludentes”, descreveu o debatedor.

Ao focar na realidade brasileira, Callegari retomou o ano de 2013 como um ponto estratégico do declive democrático no País. Para ele, a crise econômica experimentada de lá para cá proporcionou o surgimento de figuras canhestras na política brasileira. “Esse conservadorismo, esse ódio, essa violência, esse racismo, esse negacionismo em relação à ciência, à cultura, à luz, é algo que deixa tudo muito instável. As pessoas ficam com medo, e a resposta é violenta, autoritária, antidemocrática.”

Assim como Arretche, Callegari vislumbra uma possibilidade de reversão. Ele entende que pode haver uma perspectiva nova para o País. “Esses regimes que são reacionários, excludentes, não têm nenhum projeto de desenvolvimento com demo-

cracia e com justiça social. Não têm nada. Absolutamente nada. Por isso, a queda deles pode ser anunciada.”

Callegari também aposta na constituição de uma frente democrática, não exclusivamente para defender a democracia, mas para criar uma agenda progressista mínima, que dê uma resposta efetiva aos grandes problemas brasileiros, em conexão com os macrodesafios mundiais. “Este é o momento da resistência, mas não basta a resistência. É necessário que nós avancemos com a construção de um projeto com uma agenda mínima progressista, popular, que envolva um trabalho relacionado à diminuição das desigualdades e um desenvolvimento com justiça social. É o que nós precisamos no momento”, conclui o sociólogo Cesar Callegari

O Ex-Senador João Capiberibe, político da linha de frente do PSB, com sua longa trajetória pública, iniciou concordando que o futuro depende daquilo que for construído no presente e das forças que possam se mobilizar.

Para estruturar sua fala, o Ex-Senador voltou ao Brasil colonial, quando houve desenvolvimento na dependência externa, na pilhagem dos recursos ambientais e na exclusão social. Para ele, isso atravessou a República no século XX. Capiberibe ressaltou a formação do Brasil e, ao retomar a Constituição Republicana de 1891, que proibia o voto dos analfabetos e das mulheres, constatou a base conservadora que delineou o futuro da Nação. À época, seguiu o Ex-Senador, 84% da população era analfabeta. Dos 14% de letrados, 7% eram mulheres. Portanto, concluiu, “o Brasil republicano foi organizado por 7% de homens brancos. Eles organizaram o País para eles”.

João Capiberibe identifica que o grande salto da República, o maior marco civilizatório é a Constituição de 1988, que estabelece a seguridade social. Para ele, a Carta “esparramou direitos a brasileiros que jamais sonharam ter direito a um auxílio, a um apoio do Estado”. Lembrou do acesso à saúde garantido com a instituição do Sistema Único da Saúde (SUS) e alertou: O grande desafio é proteger a Constituição.

Sobre as chances do socialismo, no futuro, o Ex-Senador não deixou qualquer dúvida de que

depende da capacidade de utilização das novas tecnologias, com foco na digital e na comunicação em rede. “Do mesmo jeito que essas redes sociais foram instrumentos importantíssimos na eleição de Jair Bolsonaro, que representa a elite arrogante, essa elite que organizou o País no século XX, também precisam ser usadas para difundir ideias progressistas.”

Para o Ex-Senador é preciso utilizar os mecanismos de comunicação das redes sociais para mobilizar a sociedade por um exercício maior de controle social do Estado. Capiberibe juntou a esse tema, a questão da perda de identidade do cidadão brasileiro. Segundo ele, houve uma ruptura entre o representante e o representado e as redes sociais podem ser usadas para promover uma reaproximação. “Temos que restabelece a confiança numa democracia, a partir do controle do Estado brasileiro. Esse é o caminho. Não há outro caminho, a não ser que o cidadão se mobilize para também exercer um papel muito importante de controlar as instituições públicas brasileiras que perderam a confiança da sociedade.”

Concluído o debate sobre a democracia, o moderador, Ricardo Coutinho, apresentou o segundo tema do encontro. “Estamos vivendo ou experimentando o triunfo do neoliberalismo, a globalização, o Estado mínimo, as privatizações, o mercado tudo resolve, a exacerbação do individualismo, o rentismo no comando do sistema em vez da produção, e isso nos faz pensar qual deve ser a presença do Estado no mundo e, particularmente, aqui no Brasil, após esse processo de pandemia.”

A Professora Marta Arretche abriu outra vez a rodada de respostas. E fez isso declarando ter uma visão bastante positiva dos progressos que o Estado brasileiro conseguiu fazer a partir da Constituição de 1988. “Nós tivemos no Brasil o que eu chamei em alguns trabalhos de uma democratização inclusiva.”

Sobre essa definição de democracia, a professora disse tratar-se de um modelo de política social que quebrou, em parte, o que vinha ocorrendo até antes de 1988. “O Estado incluía apenas aqueles que tinham carteira assinada, que eram os que tinham direito à proteção no trabalho, direito à aposentadoria, direito a atendimento médico e a Constituição de 1988 foi uma ruptura mesmo de paradigma.”

Ao estabelecer que a nenhum cidadão poderia



ser negado atendimento à saúde, o documento permitiu a inclusão. Nesse sentido, outros benefícios reforçam a tese da Professora. “Nenhum cidadão brasileiro na velhice viveria com uma renda inferior a um salário mínimo. Nenhuma criança ficaria fora da escola.” O projeto é inclusivo. Arretche não deixa de avaliar que houve muita dificuldade, problemas de financiamento, microdisputa em cada política particular, mas que, paulatinamente, setores da população brasileira foram sendo incluídos.

Para validar suas assertivas, a Professora apresentou alguns cálculos. “Dizem que no final dos anos 80 só 40% da força de trabalho brasileira tinha carteira assinada. O que quer dizer que os outros 60% estavam fora da proteção do Estado e entraram para ter direito ao SUS, à aposentadoria. Se a gente olha no tempo, a despeito desses conflitos e dessa agenda, sucessivos governos conseguiram incremental e paulatinamente produzir maior presença do Estado para a população brasileira.”

Uma das vitórias do País, já anunciada por todos os debatedores e evidenciada nesse período pandêmico foi a criação do SUS.

A Professora lembrou, ainda, do sistema de transferência de renda. Para ela, o mecanismo mostra-se muito importante. “A desigualdade no Brasil é tão grave que 85% da população brasileira é estado-dependente e não terá acesso a uma renda básica, não terá acesso à educação, à saúde, que são itens básicos de uma condição de vida decente, se não for pelo Estado.”

Ao concluir sua abordagem sobre o papel do Estado na política brasileira, a Professora Marta Arretche asseverou que a missão do País é reformular e avançar a partir daquilo que já foi conquistado. Sobre tudo, enfatizou ela, enfrentar o gravíssimo problema de financiamento desses sistemas de um modo sustentável.

Cesar Callegari seguiu articulando suas ideias sobre o tema. Para ele, o mais complicado é ter que resolver todas essas questões ao mesmo tempo. A questão democrática aliada também à democratização da estrutura do Estado.

Ao concordar com a Professora Arretche, Callegari certificou que houve um processo acelerado de inclusão social pelas políticas implementadas pelo

Estado, desde 1988. “Quase 30 milhões de brasileiros foram tirados de uma situação abaixo da linha da pobreza para, enfim, passarem a ter pelo menos algum tipo de exercício de cidadania”, disse o sociólogo.

Entretanto, é sabido que o avanço precisa ser significativo para manter a inclusão conquistada e abranger todos os que ainda estão de fora. Para Callegari, o agravamento da crise econômica com os seus reflexos nas condições fiscais dos governos agrava a desigualdade.

Analisando a atualidade, o equívoco da proposta de Paulo Guedes, segundo Cesar Callegari, é que, para o ministro, as forças do mercado é que vão responder aos problemas sociais.

Contraindo o representante do governo, Callegari afirmou que somente o Estado tem condições de reunir os recursos necessários para a promoção das políticas sociais de inclusão. “São recursos que vêm da riqueza que os países produzem, são recursos externos. O Brasil e outros países terão que começar a disputar recursos que existem hoje na economia global, seja da China, ou em outros planos de reconstrução que vierem.”

Ainda que o Brasil queira figurar como um Estado desenvolvimentista, precisa ter também a capacidade de reduzir a desigualdades e ampliar as oportunidades para todos os brasileiros. “É impossível continuar a aceitar que meia dúzia de bancos, no Brasil, tenham 43% dos recursos do Estado brasileiro. É incompatível achar que essa meia dúzia de bancos, alguns dos quais com capitais estrangeiros, venham a usurpar as condições fundamentais da própria vida da população.”

João Capiberibe contribuiu com o debate ao falar que a primeira coisa que o mercado fez, ao ser decretado o estado de calamidade pública com a pandemia, foi pedir socorro ao Estado. “E o Estado, generosamente, colocou R\$ 1 trilhão e 200 bilhões para os bancos. Os mesmos bancos que fecharam as suas portas e não emprestam às pequenas e médias empresas que estão quebrando por falta de financiamento.”

O Ex-Senador aproveitou para evidenciar a importância do Congresso, que atuou para aumentar a proposta inicial do governo de R\$ 200 como

renda mínima. “Os parlamentares mais sensíveis e mais próximos do povo aumentaram para R\$ 600.”

De volta à Constituição de 1988, Capiberibe entende ser necessário acrescentar que, apesar de ter esparramado direitos a todos os brasileiros, a Carta também privilegiou setores da elite. Eliminou os impostos sobre lucros e dividendos, não taxou as grandes fortunas, manteve os impostos regressivos que penalizam os pobres.

Sobre os disparates tributários entre o Brasil e outros países, o Ex-Senador comparou com Canadá. “O Brasil, até o ano passado, tinha uma carga tributária de 34% do [Produto Interno Bruto] PIB. Igual do Canadá. Só que lá, a saúde é universal, o sistema canadense é universal e único. Não tem sistema privado de saúde, no Canadá. A educação é universal. A justiça é universal. Transporte público, energia elétrica, veja, com 34% do PIB.”

Outro avanço lembrado pelo político do PSB foi a prestação de contas. Antes da Lei Complementar 131, a Lei da Transparência, não havia regulação sobre a divulgação do uso dos recursos dos impostos arrecadados, retirados da renda das famílias. A lei tornou obrigatório o detalhamento e o uso da tecnologia digital, da Internet, para prestação de contas. “O Estado brasileiro é infinitamente mais transparente do que já foi em toda a sua história. Esse é um valor importante na nossa democracia”, concluiu João Capiberibe.

“Que agenda social poderia unir as maiores parcelas do povo brasileiro, dos setores progressistas, das suas lideranças?”, perguntou o moderador Ricardo Coutinho, aos participantes. A Professora Marta Arretche adiantou em dizer que o primeiro ponto a ser considerado no contexto pós-pandemia é que a recuperação econômica será muito lenta, colocando a pauta financeira em destaque. “Nós precisaremos ter certamente, na agenda social, medidas de políticas de transferência de renda que mantenham a capacidade de renda da população, a despeito da desocupação e dos níveis de emprego”, explicou melhor a Professora.

Sobre o modelo de repasse da renda básica emergencial em prática, informou que não distingue as famílias por situação de pobreza. Então, explicou que uma família que tenha quatro crianças, uma

família que não tenha nenhuma criança e uma família que tenha seis crianças, recebe o mesmo valor. Para ela, um programa de renda básica de recuperação deveria propor regras de transferência com base no número de crianças das famílias.

O fortalecimento do SUS também deveria protagonizar em uma pauta social brasileira, nesse momento da história do País. Assim como os ajustes às distorções do sistema tributário. Sobre esse último tema, Arretche ilustrou sua fala com uma reflexão mais adensada sobre a realidade do Brasil. “A ciência econômica, as ciências sociais brasileiras produziram conhecimento muito sólido sobre as distorções do sistema tributário nacional. É muito baseado em impostos indiretos, que penalizam os mais pobres. O sistema de tributação direta penaliza aqueles que têm recolhimento na fonte, que são formalizados. E protege muito desproporcionalmente os muito ricos. O nosso sistema de gastos permite uma série de subsídios, que não é defensável do ponto de vista moral e do ponto de vista da progressividade. Por isso, o tema deve ocupar espaço importante em uma agenda social.”

Para Cesar Callegari, a criação de uma agenda social é a base para a construção de um pacto progressista e de uma frente democrática. O ponto basal, segundo ele, deveriam ser as medidas de salvação do povo brasileiro. Para ele, a continuidade de uma renda básica para todos os brasileiros é fundamental.

Nessa mesma linha, o sociólogo alertou para a necessidade de organização de frentes de trabalho em vários setores da sociedade. “As pessoas não precisam apenas de renda. Um homem e uma mulher precisam ter para onde ir todos os dias,

precisam trabalhar, e que isso não seja apenas uma ocupação, qualquer ocupação, mas que leve em consideração as suas perspectivas, os seus sonhos, os seus interesses.”

O Ex-Senador João Capiberibe encerrou o tema da agenda afirmando haver unanimidade entre os debatedores. Para ele, também, a questão da renda básica é fator decisivo e prioritário.

Mas continuou alertando quanto à importância de ir além. “A Emenda Constitucional 95 precisa ser rediscutida”, afirmou o Ex-Senador. Para ele, o Estado não pode passar 20 anos sem investimentos sociais ou investimentos em infraestrutura, gastando apenas a diferença da inflação de um ano para o outro e reservando sobras gigantescas apenas para pagar a dívida pública.

Na avaliação de João Capiberibe, a dívida pública precisa ser renegociada. “Se o Governo brasileiro suspender o pagamento dos juros do serviço da dívida por um ano, ele vai ter dinheiro para pagar a renda básica por dois ou três anos”, refletiu Capiberibe. “E os rentistas não vão morrer de fome”, asseverou.

Sobre o modelo econômico do Brasil, o político do PSB, em consonância com o projeto da autorreforma do Partido, declarou ser primordial a adoção de uma proposta que não se baseie em depredação ambiental, exclusão social e dependência externa. “Nós temos 210 milhões de consumidores neste País. Então, nós temos que repensar a economia com urgência. Temos que fazer uma economia como os italianos fizeram no pós-guerra. Exemplos no mundo não nos faltam. Tendo sustentação econômica, com expansão da rede de proteção social prevista na Constituição de 1988, tenho convicção de que nós vamos dar um salto.”



Resistência Democrática, Defesa da Legalidade e Cenários de Saída da Crise

Márcio França

Ex-Governador de São Paulo-PSB
Ex-Prefeito de São Vicente

Valdete Severo

Presidente da Associação de Juízes
pela Democracia
Juíza do Trabalho da 4ª Região

Tarso Genro

Ex-Ministro da Educação e ex-Ministro
das Relações Institucionais e da Justiça
Ex-Prefeito de Porto Alegre-PT

Ricardo Coutinho

Moderador

“A história do Brasil é cheia de interrupções democráticas e repleta de eventos autoritários”, afirmou o Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, ao iniciar o encontro virtual na noite de 15 de junho de 2020. Como base do debate que se seguiria, ele refletiu a realidade: “Temos a maior concentração de riquezas e o maior fosso social do planeta”. Depois solicitou aos debatedores que versassem sobre como o Brasil chegou nesse estágio social.

Tarso Gerson levou para o debate toda sua experiência à frente de vários cargos públicos e do Partido dos Trabalhadores. Ele iniciou definindo partidos de esquerda como sendo todos aqueles que defendem o Estado Social de Direito. Depois asseverou que faltou uma articulação de centro progressista com a centro-esquerda e a esquerda do País. “Não conseguimos constituir conceitos unificadores fundamentais de um campo com vocação estratégica de poder. Tanto é verdade que a esquerda hoje no Brasil está dividida.”

Segundo Tarso Genro, os políticos progressistas não conseguiram forjar um conceito moderno democrático articulado com o Estado social e considerando o papel das Forças Armadas com princípios que unifiquem a todos. “É uma balela essa história de que as Forças Armadas não têm uma função política no Brasil. Sempre tiveram, têm e vão continuar tendo, porque é da natureza da formação de um Estado nacional moderno numa história hoje globalizada e com interesses estratégicos e geopolíticos diversos em todo o mundo.”

Outro ponto que, de acordo com Tarso Genro, trouxe a esquerda até a atualidade com essa composição política é a não formação de um juízo comum sobre como compartilhar, interagindo com o modelo de globalização adotado no mundo. Para ele, teria que ter havido, no passado, uma cooperação interdependente, com soberania, utilizando os diversos polos de influência e de dominação econômica existentes nos países altamente desenvolvidos. Aqueles que contam com uma indústria forte, uma economia financeira impressionante e que tutelam os países do segundo e do terceiro grupo utilizando esquemas políticos e financeiros de dominação. Essa forma de domínio exercida do maior para o menor,

incide, na opinião do Ex-Ministro, diretamente sobre a função dos bancos centrais.

Ainda listando as questões que explicam a atualidade histórica do Brasil em relação ao posicionamento dos partidos, com ênfase naqueles que antagonizam entre direita e esquerda, Tarso Genro lembra de uma demanda pautada pelo seu partido há anos, com defesa ferrenha do Ex-Senador Eduardo Suplicy, que é a criação de um modelo de gestão com base na oferta de uma renda mínima. O político petista observou em sua fala que até mesmo economistas liberais estão acenando para o possível limite do sistema do capital dentro desse processo de dominação global. “Esse sistema pode ser implodido pela pobreza, pela marginalidade, pela falsa autonomia dada aos trabalhadores, pela ausência de um sistema protetivo mínimo”, explica.

Para Tarso, poucos avanços serão possíveis sem que haja uma proposta de combate às desigualdades. Nesse sentido, o Partido Socialista Brasileiro vem enaltecendo o seu debate interno. O documento da Autorreforma do PSB apresenta o tema com destaque e aponta caminhos sistematizados em um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

O quarto ponto importante para explicar a realidade política, segundo Tarso Genro, é a questão do trabalho. Ele entende que a proteção ao novo mundo do trabalho é uma das bases estruturantes de consolidação do País. Alerta sobre a necessidade de algumas retomadas, com destaque para a forma como, no passado, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) protegeu os trabalhadores, mesmo dentro do sistema tradicional de capital industrial, mas anuncia a importância de avanços.

Antes de concluir sua primeira intervenção, o Ex-Ministro reiterou que essa pauta não é nova, pois consta nas trajetórias de luta de muitos partidos progressistas, mas que o debate fragmentado enfraqueceu o tema e que a saída da crise passa, necessariamente, pela apresentação de respostas por parte desses grupos democráticos.

Marcio França, Ex-Governador de São Paulo, político do PSB, foi assertivo ao firmar, logo de início, que a esquerda chegou em 2020 conduzida pelo processo eleitoral. Para ele, era natural o desgaste de um partido como o PT, depois de quatro mandatos.

E que o antipetismo se instalou fortemente no Brasil, fruto da trajetória, e levou ao desgaste toda a estrutura progressista.

De acordo com o Ex-Governador, é preciso avaliar todos os fatores que contribuíram para o resultado das eleições, em 2018. Um deles, enfatizou, foi o atentado a faca. França ilustrou sua fala fazendo comparações. Após o anúncio da morte de Eduardo Campos, Marina Silva marcou 42 pontos na preferência do eleitorado. Para ele, comoção é fator importante no processo de decisão eleitoral e isso não significa, de maneira imediata, o fracasso do adversário.

Outro ponto referenciado por Márcio França foi a realidade no mundo. “Começou lá na Inglaterra, depois desviou para a Holanda, esteve no episódio do plebiscito na Colômbia, depois foi para os Estados Unidos. Quer dizer, houve um derivativo de várias sequências de fatores inusitados. É como se alguém tivesse espreitando uma oportunidade para poder agarrá-la”, explicou ele.

Nessa mesma linha de enunciados, o Ex-Governador evidenciou o comportamento explicitado na internet e nas mídias digitais como fator relevante, nas eleições de 2018. E, por fim, foi categórico ao afirmar: “Eu sempre acho que os outros não ganham, nós é que perdemos. Se nós estamos do lado certo, estamos falando a verdade e se nossa intenção é a melhor, por que a gente perde? A gente perde porque, de algum jeito, a gente se equivocou”, concluiu o político do PSB.

A Juíza Valdete Souto Severo, a terceira a falar, começou narrando a trajetória da Associação de Juízes pela Democracia, que preside. Criada em 1991, a entidade tem como missão promover a racionalidade e uma prática de luta em defesa da democracia. Para a Juíza, a realidade brasileira, em 2020, reflete a retomada de algumas temáticas, que já deveriam ter sido arraigadas na cultura do País. Ela não acredita ser possível fazer resistência democrática sem entender como o Brasil chegou nesse estágio histórico. E com essa sentença, elogia a sequência de debates promovida pela Fundação João Mangabeira.

Segundo a Juíza, a reflexão precisa ser pautada em dois aspectos distantes no tempo, um antigo e

um mais recente. O primeiro deles, é sobre o fato concreto de que o Brasil está estruturado sobre uma lógica de racismo e patriarcado. “A gente consegue ver isso refletido nas práticas atuais e o fato de que nós tivemos quase 400 anos de escravidão institucionalizada, de que no fim da escravidão a discussão principal era se devíamos ou não indenizar os senhores de escravos.”

Valdete mostra indignação ao relatar que, em 2015, a aprovação da lei sobre o trabalho doméstico foi muito questionada. “Eu acho essa lei muito emblemática, porque foi aprovada com ampla resistência da grande mídia e de vários setores da sociedade, que diziam que o Estado acabaria com o trabalho doméstico, porque estava dando direitos demais para as trabalhadoras domésticas e que é uma atividade, sobretudo, de mulheres negras.”

Convicta de que nada do que está acontecendo no presente seja reflexo de ações promovidas nas últimas décadas e sim repercussão da história brasileira em sua macro dimensão, a Juíza completa que, além do problema do racismo estrutural, outra questão que prende a nação é o sentimento de colônia. “Nós sempre agimos como colônia”, enfatiza.

O comportamento da imprensa em não noticiar as propostas de leis que retrocedem, no campo do direito do trabalho, como foi o caso das Medidas Provisórias (MPs) 927 e 936, ainda indignam a Juíza. “O Parlamento mostra-se empenhadíssimo em aprovar regras que retrocedem, mas não demonstra empenho em aprovar regras que façam realmente distribuição de riqueza, enquanto a gente está vivendo uma pandemia e a impossibilidade concreta de produzir renda”, desabafou Valdete, antes de defender que a elite brasileira deveria estar brigando por direitos sociais e por um Estado forte. Diferente disso, segundo a juíza, está aplaudindo medidas como a MP 360, que reduziu os salários dos brasileiros que mais precisam. Para ela, esse comportamento espelha o colonialismo.

Avançando no tempo, avaliando a situação mais recente, Valdete Severo refere-se à ausência de compromisso com o pacto social firmado em 1988. Para ela, essa falta de compromisso segue acompanhada do fato de que o Brasil superou

somente parcialmente a ditadura civil e militar. “Nós não conseguimos fazer a chamada justiça de transição”, reiterou.

A Juíza esclareceu que o primeiro desenho de um projeto de Nação foi com a Constituição de 1988, cujo texto reflete uma proposta de sociedade solidária, comprometida em reduzir as desigualdades, em erradicar a pobreza. Objetivos que a presidente de uma associação, que aclama por democracia, nem consegue asseverar serem possíveis em uma sociedade capitalista de produção, mas que, segundo ela, não seguir brigando por eles é um retrocesso sem dimensões. Apesar dessa certeza, a Juíza não ignora as fragilidades da Constituição e cita o Art.142. “Havia ali, no que a gente chama de Constituição material, não no texto propriamente, havia ali uma vontade de finalmente construir um Estado social que tivesse a preocupação com o desenvolvimento nacional, com um projeto que fosse bom para quem realmente vive aqui. Só que, o que nós fizemos foi imediatamente, a partir da promulgação da Constituição, boicotá-la”.

O moderador Ricardo Coutinho, depois da primeira rodada de falas, levou a conversa para uma nova vertente. Em sua introdução à pergunta, contextualizou sobre os modelos de democracia. “Nós estamos vivendo indiscutivelmente um desgaste do tipo de democracia que se pensou e que se exercitou até então. Aquela em que você vota em alguém, dá um cheque em branco e aí o que vem depois depende muito das circunstâncias.” Na sequência, apresentou a questão aos três debatedores.

“Eu queria saber qual o grau de apreço que o nosso povo, e principalmente as nossas elites, têm pela democracia liberal, pela democracia eleitoral e que modelo de democracia se poderia pensar ou propor para um país com essas características de que o Brasil dispõe?”

Tarso Genro foi o primeiro a fazer considerações. Ele descreveu um ciclo histórico de alta complexidade e colocou o Brasil dentro. A esquerda, para ele, representa distintas vozes da polifonia política do País. Depois, lamentou a inexistência de uma linguagem comum à esquerda sobre como sair

da crise e alertou sobre a afinação entre a extrema-direita e a centro-direita. “Essa relação, ao se consolidar, na minha opinião, poderá manter, eventualmente, o Bolsonaro até o final do seu Governo, mas não vai responder a nenhuma das questões que nós colocamos aqui.”

O político do PT mostrou desconfiança quando a mídia nacional não repercutiu o enquadramento que os três militares fizeram das funções do Supremo, ao dizer até onde a instituição poderia se aprofundar nas avaliações e nos julgamentos. Para Tarso, a resistência do Supremo aos movimentos de extrema-direita, dentro da ordem constitucional, merecia novas leituras, por segmentos da sociedade.

A ausência de resposta à pergunta “como sair da crise”, poderá promover algum debate em futuro próximo, depois que a situação se aprofundar em problemas sociais. Para o Ex-Ministro, tudo indica que a crise vai dilacerar, o padrão de convívio imposto pelas elites brasileiras vai colocar o trabalhador de fora. “Esse é o problema que acho que temos de discutir, aqui entre nós, e arremeter para dentro dos nossos partidos, das nossas organizações políticas; alguns conceitos, para que a gente possa pensar numa saída que resolva e discuta, inicie a resolução da questão da brutal desigualdade e iniquidade em que vive o povo brasileiro”, concluiu Tarso Genro.

Márcio França iniciou dizendo que gostaria muito que um processo democrático levasse a um concerto econômico que pudesse dar exemplo de como é possível reverter a realidade e garantir o Estado de Direito. A falta de exemplos e narrativas desse trajeto, do Capital para o Social, fez com que, alguns, no passado, cunhassem o conceito de socialismo utópico, desassociando a realidade do fato. “O capitalismo tem uma lógica de acúmulo e evidentemente o acúmulo é infundável. Quem tem quer ter mais e quem tem mais quer ter mais ainda. Então, parece que mais do que ter, a pessoa quer que os outros não tenham”, esclareceu o Ex-Governador de São Paulo.

Ao analisar os partidos, Márcio França afirmou que todos, sem exceção, são completamente desa-

tualizados. “São partidos 100% atrasados, são analógicos, e isso não é mais concebível, nessa sociedade digital. As pessoas não se sentem representadas pelos partidos. Essa é uma atualização que precisa acontecer.”

Outra, é a própria representatividade. Um olhar para trás e o que se vê? Questiona o Ex-Prefeito de São Vicente. “O processo democrático é ingrato, é cansativo, porque você fica cansado de estar certo e perder. Está cansado de estar certo, estar certo, estar certo e você perder. Então você começa a ser cooptado”, explicou.

França arrisca a falar de uma depressão coletivo. Quem perdeu as eleições de 2018 ficou triste e, mesmo quem ganhou, não teve muito o que comemorar. “Nós temos uma tarefa importante de devolver para as pessoas um pouco de esperança para que elas possam reagir e possam raciocinar sobre saídas.”

A Juíza Valdete Souto Severo retomou a palavra afirmando que é preciso compromisso em avaliar a democracia que o Brasil teve até o momento para concluir se ela serve. “Todo esse movimento de frente ampla pela democracia, toda essa energia que a gente está gastando para tentar buscar uma coalisão de enfrentamento vai nos levar de volta para uma realidade que nós tínhamos e que, no meu entendimento, já não era uma realidade muito democrática.”

Como exemplo, a juíza lembrou da reforma trabalhista aprovada em 2017. Para ela, aquele processo não foi nada democrático. Valdete afirmou que a democracia a ser almejada pelo povo brasileiro deve, em primeiro lugar, dar voz às pessoas silenciadas historicamente.

Em consonância com o que já está na pauta do PSB, a Juíza reitera a necessidade de um projeto que reduza a desigualdade no País. Ela falou da criação de uma agenda comum pautada pela busca de uma democracia que avance a partir daquela que o País já teve. “O que nós tínhamos já não era bom.”

Ricardo Coutinho aproveitou as falas para fazer conexões e lembrou do processo democrático empenhado na Paraíba, quando foi governador por dois mandatos (2011-2018). Ao longo de oito anos,

ele abriu o canal de diálogo com a população do estado e 235 mil pessoas foram ouvidas nos encontros do Orçamento Democrático.

A Presidente da Associação de Juízes pela Democracia, Valdete Souto Severo, abriu a última rodada de perguntas. Coutinho provocou os três debatedores a refletirem sobre o diagnóstico a ser feito desse processo de politização da justiça e da judicialização da política e qual o impacto no Judiciário.

Valdete iniciou falando que “o direito ficava lá disfarçado sob uma cortina de argumentos jurídicos e sob uma impressão de que estava sendo isento de contaminações políticas e, na verdade, já não estava”. Para ela, o esgotamento é das instituições das quais o Judiciário faz parte. Mas, também, os outros poderes estão desgastados.

A Juíza não desconsiderou o estado de lawfare e lembrou dos episódios recentes da política brasileira. Mencionou o impeachment da Presidente Dilma e a prisão de Lula. “Se é verdadeira essa afirmação de que é apenas um desvelamento de algo que sempre esteve ali no direito, então, o direito sempre foi instrumento de manutenção de poder.” Essa situação não tem como ser resolvida, segundo a Juíza, porque isso está inscrito na própria lógica da tripartição dos poderes.

Tarso Genro asseverou, no início de sua resposta, que todas as decisões importantes, fundamentais, do Supremo Tribunal Federal, sempre são uma confluência do direito com a política. Sempre foram, na opinião dele, e sempre serão. A diferença, na atualidade, segundo o Ex-Ministro, é que mudaram de maneira radical as formas de legitimação do Estado de Direito. Antes se davam por meio da aplicação direta do sistema nominativo devido às medidas políticas e jurídicas que a Constituição permite fazer, mas dentro de uma ordem estabelecida. Na atualidade, seguiu ele em seu raciocínio, as formas de legitimação do Estado social e dos seus governos mudaram. “Nós temos um preâmbulo da Constituição que orienta todo o sistema normativo que vem abaixo dele. Orienta dizendo que o Estado brasileiro adota determinadas características sociais, econômicas e de relacionamento entre as classes sociais dentro dos

padrões sociais democratas que a modernidade nos trouxe.”

Para o ex-Ministro, mudou efetivamente que a legitimidade do Estado social, escrito na Constituição de 1988, não se faz mais simplesmente pela observação formal do sistema normativo constitucional. Faz-se pelo cumprimento da efetividade dos direitos fundamentais dentro dos quais estão os direitos sociais.

A consequência dessa mudança, segundo Tarso, é que o Supremo Tribunal Federal, que tem o direito e a finalidade de ser um guardião da Constituição, começou a ser suscitado a promover a efetividade desses direitos fundamentais e não está conseguindo responder, por causa de uma série de conflitos que advieram da crise com o Poder Legislativo, da formação de uma maioria meramente fisiológica determinada por essas conjunturas e porque o Poder Executivo é hostil ao Estado social.

Ainda de acordo com o político do PT, o segundo motivo é que os aparatos burocráticos de justiça e do Ministério Público não estão dominando essa inteligência. “Eles veem ainda a legitimação dos governos e a legitimação do Estado atual como se estivesse sendo aplicado um sistema normativo da Constituição diretamente na vida concreta das pessoas. Não. Ordem concreta é uma e ordem formal é outra. A ordem concreta autoriza que o Presidente da República vá lá e apoie pessoas que estão pedin-

do o fechamento do Supremo, com reações muito tímidas do Poder Judiciário, com reações muito tímidas inclusive do Congresso Nacional”.

Ao concluir, Tarso Genro sentencia que esse descasamento da ordem concreta com a ordem normativa da condição social é o que leva a uma radical politização da justiça.

O Ex-Governador Márcio França afirmou que ambos os debatedores estavam certos. Mas não deixou de reconhecer que o campo do magistrado era muito difícil. “É tarefa excepcional você fazer o julgamento com total isenção. E, naturalmente, durante muito tempo, todo mundo ficou influenciado. Muitas vezes o membro do Ministério Público se apaixona tanto pela tese que ele tenta buscar aliados para trazer e sagrá-la vencedora.”

Para França, o importante é que, no limite, o Brasil tem uma Constituição para se agarrar. “O artigo principal das nossas regras, feitas teoricamente pelo povo, ao eleger, em 88, os seus constituintes, ‘todo poder emana do povo e em nome dele é exercido’, precisa prevalecer, só assim todos os conflitos narrados anteriormente entre política e justiça poderão ser amenizados.”

Ricardo Coutinho encerrou o encontro virtual, depois de mais de duas horas, certo de que muito ainda estava por ser dito sobre democracia e crise. “Existe uma potencialidade deturpadora imensa, por todos os lados”, concluiu ele.



A Ascensão do Neofascismo: Balanço e Estratégias de Superação

Margarida Vieira

Doutora em História pela
Universidade Federal Fluminense

Daniel Aarão Reis

Sociólogo, Professor Titular da
Universidade Federal do ABC

Jessé Souza

Professor Titular de História
Contemporânea na Universidade
Federal Fluminense

Ricardo Coutinho

Moderador

Reconhecendo a volta ao tradicionalismo, ao negacionismo e o fortalecimento do racismo, o presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, abriu a edição do Pense Brasil Virtual de 23 de junho, com destaque para o tema A Ascensão do Neofascismo: Balanço e Estratégias de Superação.

Antes de fazer a primeira pergunta aos debatedores, o moderador versou sobre o comportamento da centro-esquerda que, na avaliação dele, não consegue apresentar como alternativa ideias que se contraponham a esse estado de coisa, não necessariamente pelo fato de não tê-las, mas, em especial, porque o debate está muito controlado no campo da direita.

A autorreforma proposta pelo PSB avança, nesse sentido, com a apresentação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento e teses que sustentariam um modelo de País democrático, mas o debate precisa ser da sociedade e, quanto a isso, a direita está unida.

A professora Margarida Vieira, autora do livro Semeando a democracia, a trajetória do socialismo no Brasil foi a primeira a falar. E, de pronto, concordou: “Realmente nós estamos em uma crise seríssima”. Ao refletir sobre as razões, a professora apontou algumas questões. A primeira delas foi o fato de terem acontecido mudanças históricas muito rápidas no final do século XX e nesses vinte anos do século XXI. Mudanças que, segundo ela, causaram, numa parcela da população, no mundo inteiro, medo e certa dificuldade de entender o que estava acontecendo. “Às vezes, busca-se uma resposta única e simples e essa resposta, com frequência, está na religião. Aí ganham religiões fundamentalistas, que têm uma resposta única para as questões; ganham visões políticas simplistas também, que buscam solucionar os problemas com certas lideranças que aparecem como mito e aí se cria determinada adoração”, explicou a professora, doutora em História.

A segunda questão apresentada foi a desmoralização da política. Ela lamentou o fato de a política ter se tornado um negócio. E, a terceira, o predomínio das redes sociais. Nesse caso, o problema são as fake news.

O sociólogo Jessé Souza, autor de vários livros, entre eles, A ralé brasileira, explicou a eleição de 2018 como um “fenômeno de manipulação irracionalista extremamente bem montado, profissional e com muito dinheiro”.

Ao narrar experiência de pesquisa recente, Jessé afirmou que há muito tempo o socialismo deixou de ser um problema, referindo-se ao fato de os Estados Unidos o terem domesticado. “O nosso inimigo, ou seja, o inimigo da elite, é o consenso democrático. A ideia de direitos individuais, proteção à minoria, proteção ao meio ambiente. Isso tudo é muito caro e o mercado tem que mandar em tudo. É essa a questão.”

Para o professor, somente com muito dinheiro foi possível promover essa doutrinação contra a esquerda. Ele refere-se à compra de armas, grandes universidades, impérios de comunicação. Depois, afirma que mudaram a concepção de economia, de direito, de justiça. E concluiu que foi tudo muito profissional. “Isso termina por mudar o consenso social no sentido reacionário, promovendo uma fragmentação.”

O sociólogo segue sua narrativa enfatizando que um país como o Brasil, que tem uma taxa de juros onze vezes maior do que a da França, sem nenhuma razão iminente para isso, “é um assalto ao povo brasileiro”, reiterou.

Jessé deixa claro, em sua avaliação, que o Brasil replicou a realidade eleitoral dos Estados Unidos e aproveitou a frustração do eleitor para manipular os fatos. Para ele, trata-se de racismo da classe média. “Houve um falso moralismo de combate à corrupção.” Ele não descartou que o roubo dentro do estado ocorre, mas intensificou que a elite saqueia muito mais o País e continuamente. “Para tornar esse saque das elites invisível, ele montam essa coisa que foi usada na campanha do Bolsonaro. E, embaixo, se usa o pobre honesto contra o pobre delinquente artificialmente.”

Daniel Aarão Reis, professor e também autor da obra Ditadura Militar – Esquerdas e Sociedade, entre outras, reforçou que o uso da internet para fomentar o debate, promovido com destaque desde o início da quarentena, deveria continuar

posteriormente, porque permite a interlocução e proliferação dos conteúdos.

Para explicar a ascensão da extrema-direita brasileira nos últimos anos, Daniel fez algumas ponderações. A primeira é a crise civilizacional advinda da expansão da tecnologia. “Esse processo está desestabilizando, desestruturando o mundo de maneira radical e aprofundando brutalmente as desigualdades sociais.” E, segundo ele, de acordo com vários estudos, está aumentando exponencialmente, desde 2008.

Na contrapartida do crescimento da direita, segundo Daniel, as esquerdas têm sido muito incapazes de oferecer alternativas a essa hegemonia predatória do capital financeiro. “São bilhões e trilhões de dólares que sugam a riqueza humana e realmente as esquerdas não foram capazes de criar alternativas para isso.”

Em outra ponderação, ele refletiu sobre a trajetória da Constituição de 1988 até 2018. Nesses trinta anos de governo da chamada nova República, na avaliação do professor, os partidos com propostas reformistas foram o PSDB e o PT, grupos partidários que, progressivamente, foram se tornando gestores do sistema. Essa adaptação nociva contribuiu para que o discurso salvacionista apresentasse um herói. Bolsonaro surgiu nesse momento, formando uma aliança muito heterogênea, segundo Daniel.

Para instigar o debate, o moderador Ricardo Coutinho analisou o choque entre a esquerda e a direita, cada qual querendo chegar ao poder, e asseverou que as transições históricas entre eles sempre se deram por meio de golpes. Ao abrir a palavra para os debatedores proferirem sobre a possibilidade de uma guerra híbrida e sobre os impactados previstos, Jessé Souza foi o primeiro a falar e definiu esse modelo de guerra como sendo a utilização dos mecanismos simbólicos, não obrigatoriamente armas, bombas e balas, para conseguir politicamente o resultado desejado. Ao exemplificar, o professor citou as manobras dos Estados Unidos em transformar o cidadão crítico trabalhador em consumidor. Uma prática híbrida que também pode ser vista como uma guerra interna.

No caso do Brasil, o recurso híbrido utilizado tem sido o de inculcar, na sociedade de base, o conceito de povo vira-lata, animalizado, corrupto, ladrão. O que, para o sociólogo, não deixa de ser um modelo de guerra. “Você retira a autoconfiança de um povo inteiro.”

Nem Trump, nem Bolsonaro, na narrativa de Jessé, estão dando algo para os seus eleitores. Segundo ele, o que tem sobrado é o jogo de confronto, de ressentimento e muito ódio. Jogo esse que potencializou a Lava Jato e ramificou uma guerra em muitas. “Acho que essa guerra híbrida contra o Brasil teve muito a ver com esse mito vira-lata mantido pela elite, que passa isso para a imprensa todos os dias, montado pelas grandes cabeças do pensamento brasileiro, repetida até hoje como tal; isso é hegemônico. A universidade, a imprensa, a escola humilham o povo, tiram toda a autoestima e isso é produzido simbolicamente por ideias que matam, que envenenam, tiram a razão de vida, a confiança.”

Daniel Aarão Reis volta com uma autorreflexão. “Penso que nós, no campo das esquerdas, temos um déficit muito grande, do ponto de vista da compreensão dos inimigos da democracia brasileira.” Essa sua assertiva sustentou-se na sequência, quando o debatedor chamou a atenção para a história do Brasil e lembrou que o inimigo era pequeno, pouco tempo atrás, e cresceu, aos olhos de todos. Para ilustrar, Daniel lembrou que, em 2014, quando a Presidente Dilma foi reeleita, em um evento na Academia Militar das Agulhas Negras, Bolsonaro fez discurso e ressaltou que o Brasil era vítima de uma conspiração desagregadora e que era preciso reagir contra isso. “Nesse sentido, eles empregam muitos conceitos da guerra híbrida, ao afirmarem que os esquerdistas não queriam dominar o Brasil com armas, mas com ideias desagregadoras, com a droga, o aborto, o satanismo, e outras enormidades desse tipo.”

Como professor de História, Daniel está sempre às voltas com a narrativa do nazismo e fascismo e, diz ele, que, à época, muitos desdenhavam a força desses grupos. Então, alerta que eles foram, aos poucos, tomando volume e dominaram

vários países, envolvendo nações inteiras em uma guerra de proporções mundiais. Diz isso, comparando com o que tem acontecido com a extrema-direita odiosa.

A debatedora Margarida Vieira retoma a palavra para acentuar a importância de promover a compreensão de todos os fatos abordados. Para ela, a nova forma de comunicação entre as pessoas, as redes sociais, com destaque, têm impactado a sociedade enormemente. “Cada brasileiro tem o seu celular. E através desse aparelho acessa informações somente nas redes sociais. As pessoas sentem-se representadas ali, elas se manifestam, parecem ter voz. É importante, para cada indivíduo, se sentir parte da comunicação. O problema é que essas acreditam no que está ali, mesmo que sejam conteúdos anticiência, antidúvida, antiquesionamento.”

Margarita alerta sobre a necessidade dos vários profissionais trabalharem juntos: psicólogo, psicanalista, historiador, sociólogo, porque, segundo ela, há ciência, nesse comportamento da direita. “Não é simplesmente alguns ignorantes que detestam ir à cidade que estão se manifestando. Não, tem todo um processo científico por trás disso.”

O Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, aproveitou a assertiva da professora Margarida para enfatizar que pouco se sabe sobre esse movimento e que o entendimento pode gerar subsídio para combater a democracia liberal.

Para seguir o debate, Coutinho introduziu uma nova abordagem, deixando duas perguntas em aberto. A primeira delas, sobre a intervenção do Judiciário na política e, a segunda, sobre qual papel deve exercer, o Judiciário, que se opõe a essas práticas intervencionistas para reestabelecer o Estado Democrático de Direito?

Daniel Aarão Reis inicia afirmando que o Ministério Público foi criado para defender os direitos do cidadão e se transformou em numa instituição persecutória e versou sobre o mal-uso da delação premiada. Para ele, é impraticável que o Judiciário seja controlado pelo próprio Judiciário. “Não é possível, é uma corporação cheia de privilégios e que precisa ser democratizada.” Ao fazer a crítica, o

professor reconhece, na sequência, que existem profissionais dentro do sistema judiciário comprometidos em salvar essa instituição.

Na avaliação do Professor, é preciso reestabelecer o perfil reformista do Brasil, empenhado na década de 1980. “Havia uma esperança enorme de que a democracia viria melhorar o Brasil, diminuir as desigualdades, construir um país mais democrático e mais justo.”

Ao retomar a palavra, Margarida Vieira abordou o que, na análise dela, é preciso ser feito para a promoção da queda do neofascismo: Criar mecanismos para implodir a fake news; cercear as manifestações antidemocráticas; investigar e agir contra atos irregulares, como no exemplo das relações duvidosas entre Fabrício Queiroz e o senador Flávio Bolsonaro. A favor da reforma do Judiciário, a professora reiterou que, se essa base ruir, seguindo como está, desestrutura os mecanismos de democracia.

O Professor Jessé Souza asseverou que há muito tempo a imprensa tem decidido antes mesmo do Poder Judiciário. O melhor exemplo para ilustrar essa afirmação, segundo ele, é o comportamento social a partir da influência da mídia em relação às máfias privadas. “A Lava Jato foi uma máfia montada para, extra parlamentarmente, dar um golpe de Estado contra o PT que até então era imbatível nas eleições.”

A conversa entre os três debatedores e o mediador avançou para uma análise de conjuntura sobre a necessidade de formação de uma frente de resistência. Margarida Vieira defendeu uma união ampla, sem personificar, mas em nome das teses que esses grupos de esquerda preservam. “Hoje, eu acho que todos que são contra a atual realidade do País devem se unir.”

A Professora aproveitou para enfatizar algumas pautas dessa frente e destacou uma delas: A criação de uma renda mínima. “A ideia de renda mínima tornaria pelo menos possível que o Art. 6º da nossa Constituição, que garante os direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, se tornasse próximo da realidade. Só aí nós teremos uma mudança real.”

Para o Sociólogo Jessé Souza, a criação dessa frente está historicamente atrasada, deveria ter sido proposta em 2018. E esse atraso reflete não ter havido aprendizado suficiente com os fatos recentes. Segundo ele, o principal trabalho é de mobilização e esclarecimento político, uma demanda de todos os partidos.

Antes de terminar, o Professor Daniel Aarão Reis fez suas considerações sobre as alternativas da esquerda democrática. E disse que não seria possível avaliar sem se lembrar alguns fatos recentes. “Nós tivemos uma derrota encarnada pelo PT. E como já explicitado pelo André Singer, o que o Partido fez em oito anos de mandato foi um reformismo mole. Esse reformismo revelou-se incapaz de promover as mudanças essenciais para que o Brasil realmente se transformasse num país solidário, justo, democrático e menos desigual.”

Na sequência, o Professor apresentou sua proposta referindo-se à elaboração de frentes com geometria variável. Para explicar, precisou citar o professor Carlos Vainer e sua tese de esquerdas de Estado, aquelas organizadas em partidos que concorrem às eleições e se organizam em instituições, e as esquerdas sociais. Exemplificou olhando para a trajetória de Luís Inácio Lula da Silva, que era um homem da esquerda social e se tornou representante da esquerda de Estado. “A coisa da frente de geometria variável é a união de todos contra o Governo. Porque a extrema-direita realmente é um perigo que nos ameaça a todos. A gente tem que se unir com o centro e com a direita democrática.” Para terminar, sentenciou: “As esquerdas têm que recuperar a musculatura social”.





Mídias e Comunicação como Vetores de Governança e Cidadania: Regulação e Socialização

Luis Nassif

Jornalista, Jornal GGN

Bia Barbosa

Jornalista, Coordenadora
do Intervozes
Coletivo Brasil de
Comunicação Social

Alessandro Mollon

Deputado Federal PSB

Ricardo Coutinho

Moderador

“O Brasil parece ter entrado em uma catarse”, anunciou o moderador do Pense Brasil de 20 de junho, Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), entidade vinculada ao Partido Socialista Brasileira (PSB), organizadora dos encontros virtuais que debatem a realidade do País.

Ao lado dos Jornalistas Luis Nassif e Bia Barbosa e do Deputado Federal pelo PSB Alessandro Molon, Coutinho conduziu duas horas e meia de debate sobre as mídias sociais e os meios de comunicação com avaliação pontual sobre a relação estabelecida com governança, cidadania, regulação e socialização.

Ao introduzir o tema, Ricardo Coutinho falou que a virada do milênio para este século XXI foi marcada por crises, saltos e processos ainda malcompreendidos. Alertou que dois deles chamam a atenção pelos impactos profundos que causam nas sociedades: a revolução tecnológica digital e o que se convencionou chamar de a era da pós-verdade.

Convidado a fazer um balanço crítico, o Jornalista Luiz Nassif foi o primeiro a falar. Iniciou com uma narrativa histórica das últimas décadas, com ênfase no surgimento de novas empresas que mudaram a antiga lógica de mercado, deixando muitos empresários inseguros quanto à solidez de seus modelos de negócios. Depois, abordou o comportamento das famílias e a ascensão social promovida pela tecnologia e algumas políticas públicas, mexendo com a classe média. Então, concluiu que a instabilidade e a insegurança recentes fizeram com que as pessoas se apegassem a novos valores. Para Nassif, toda vez que, historicamente, há um movimento de ascensão, citou o exemplo dos Estados Unidos pós-escravatura e do Brasil, com a imigração nas décadas de 1910 e 1920, a sociedade se revisa. Para ele, as novas tecnologias desorganizaram uma ordem de mercado anteriormente estabelecida. “Com a Internet, isso ocorreu de uma forma violenta. Toda aquela estratégia, aquele pacto ideológico entre grupos, agências de publicidade, grupos de mídia defendendo os valores, os interesses de grupos internacionais, tudo isso entrou em xeque”, ilustrou o jornalista.

Segundo Nassif, tudo começou com a Primavera Árabe, e se estendeu para todos os lugares do mundo, inclusive o Brasil.

Outro fenômeno, apontado pelo jornalista, foi o advento da indústria do crime ou da contravenção. “Aquela zona cinzenta que fica entre a legalidade e a ilegalidade de setores que eram reprimidos pela regulação, pelo avanço civilizatório”, descreveu Nassif.

Para garantir clareza, citou as Indústrias de armas, jogos, do lixo, controladas, segundo ele, pela máfia internacional. Nassif completou que esses grupos descobriram na tecnologia das redes sociais um mecanismo para influenciar eleições e, com isso, passaram a apoiar o avanço da ultradireita.

O ponto mais crítico, na fala inicial de Luiz Nassif, foi sobre a falta de princípio da mídia brasileira. “O Brasil não é um país que se move por princípios”, asseverou o jornalista. “Você pega o Financial Times, a bíblia do capitalismo, ele tem lá os seus princípios. Eles questionam o interesse imediato de empresas de capitalismo em nome desses princípios.”

Para Luiz Nassif, a mídia, a política de maneira geral e os ministros do Supremo Tribunal são “pró-cíclicos”. “Se os ventos são em direção ao linchamento, eles se tornam linchadores; se são em direção aos direitos, eles se tornam garantistas”, explicou Nassif.

As redes sociais surgiram dentro desse caos, segundo o jornalista. Solo fértil para o aparecimento das fakes news, o que ele definiu como sendo manchetes descontextualizadas do conteúdo das matérias e do tempo. “Transformar em escândalo a compra de uma tapioca”, ironizou.

A jornalista Bia Barbosa anunciou ser importante fazer uma avaliação paralela à de Luiz Nassif, a partir de uma perspectiva positiva, que foi, ao longo desse processo todo, a inclusão digital de uma parcela significativa da população. “O Brasil tem, hoje, na Internet, um mecanismo fundamental de exercício da sua liberdade de expressão”, afirmou a jornalista.

Para ela, a internet apresenta-se em um campo mais amplo do que as redes sociais e, por isso, faz-se necessário diferenciá-la.

Criada nos anos 1990, a internet foi pensada para permitir a descentralização do poder comuni-

cacional. “Essa diversidade, essa pluralidade, que estavam na origem dessa rede, permitiram que tantas pessoas pudessem passar a produzir conteúdo; disseminar a informação; discutir ideias; defender propostas, na sociedade contemporânea. É significativo observar quanto isso está cada vez mais controlado pelos novos monopólios digitais.”

A Jornalista lembrou o fato de o Brasil ainda não ter conseguido superar o desafio histórico do século passado e não ter um sistema midiático efetivamente plural e diverso, que dê espaço à diversidade de opiniões, raça, etnia, classe social e região. “São os novos desafios com a agenda dos chamados direitos digitais.”

Essa revolução digital não aconteceu para 30% da população brasileira, assegura Bia Barbosa. No mundo, 1 bilhão de cidadãos e cidadãs não fazem parte desse universo, porque simplesmente não são conectados à internet.

Para ela, deve ser uma demanda do Estado garantir a universalização do acesso à internet. E, conjuntamente, proteger a liberdade de expressão. Liberdade essa cada vez mais comprometida, considerando os monopólios. Para ilustrar, Bia mencionou o fato do Facebook ser dono do WhatsApp e do Instagram e o Google ser dono do YouTube. “Tudo nas mãos de duas empresas, que possuem maior audiência do que os meios tradicionais de comunicação. Essas plataformas, hoje, têm exercido cada vez mais um papel não democrático e totalmente discricionário”, sentenciou a jornalista.

A assertiva de Bia Barbosa refere-se, em especial, ao modelo de criação de padrões de comunidade realizado pelas plataformas e que define o que circular na rede. Esses algoritmos limitam acessos e conteúdos, consolidando a formação de bolhas, às vezes, intransponíveis. Desenvolvidos de uma maneira opaca e nada transparente, com o objetivo justamente de favorecer e criar condições para que as pessoas permaneçam o máximo de tempo possível dentro das plataformas, os conteúdos se comprometem.

Quanto à desinformação, ao afirmar a existência de indústrias especializadas em gerar informa-

ção não verdadeira, Bia certificou ser ainda maior a zona cinzenta anteriormente mencionada por Luiz Nassif.

O Deputado Federal Alessandro Molon começou falando sobre como os meios de comunicação tradicionais voltaram a ser importante fonte confiável de informação dos brasileiros.

Segundo o Deputado, a principal ameaça hoje, para a democracia, é o funcionamento das redes sociais. “O algoritmo promove o dissenso”, disse ele, apoiado por duas experiências recentes, uma no parlamento britânico, onde esteve em uma conferência que abordou o caso do Brexit, e outra em Washington, durante seminário sobre desinformação, organizado pelo Wilson Center, centro de estudos ligado ao congresso norte-americano. “Fiquei muito impressionado com as campanhas apresentadas lá e que foram feitas em países do leste europeu, e os casos mais estudados, extremamente semelhantes às do Brasil”.

Certo de que legislar sobre esse tema não é atividade simples, o Deputado Federal mencionou a recente lei francesa como uma primeira proposta a ser seguida. “Tenho como preocupação a gente imaginar que isso se resolva com uma lei feita às pressas. Eu tenho certo temor sobre isso, porque não é simples. Uma coisa é desinformação, a fake news grosseira; outra coisa é o uso da tecnologia para transformar mentiras em verdades.”

Para iniciar a segunda rodada de perguntas, o moderador Ricardo Coutinho pediu para que os participantes avaliassem se a Internet tem o potencial para promover um novo iluminismo ou somente induzir uma idiotização em escala.

Luiz Nassif manifestou-se a partir da sua própria experiência. “Quando eu comecei com internet, com blogs, eu achava que vinha o novo iluminismo.” Mas, avaliando a atualidade, as curvas no caminho levaram a internet para outra vertente. A quantidade expressiva de informações disponibilizadas e a desorganização relativa à autoria, está exigindo um tipo de regulação. Entretanto, alertou o jornalista, uma regulação sem critérios claros pode ser perigosa.

Qualquer regulação exigirá um tipo de moderação. O que levou o jornalista a questionar: Quem é que vai moderar? Quem é que vai definir o certo e o errado? É um poder internacional, global, acima dos Estados? O Brasil, na fala de Nassif, não tem boa história de avaliação judicial. Alguns nomes que mereceriam nobel, aos olhos do mundo, como é o caso do Movimento dos Sem-Teto, em São Paulo, com o trabalho social que realizam, aqui no País, são levados para a prisão.

Ao migrar para uma análise mais interna ao jornalismo, Nassif foi ainda mais pessimista. “Nesse período todo de Lava Jato, tinha um grupo de jornalismo independente produzindo um conjunto de informações relevantes sobre incorreções, suspeitas, que não passava pelo bloqueio da mídia, porque, institucionalmente, havia um pacto entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Supremo Tribunal Federal e os grupos de mídia, para se autoprotegerem, em torno de uma bandeira maior, que era derrubar a Dilma, derrubar o petismo e tudo o mais.”

O processo de construção democrática é muito delicado. As discussões, levam à criação de conceitos, que, por sua vez, levam a uma troca de informações, até chegar a consensos que se transformam em leis, em Constituição e, abaixo disso, tem julgamentos previsíveis, que permitem gerenciar, moderar todas as disputas no País.

Se, de um lado, a diversidade permite a liberdade de expressão, de outro, o combate às fake news impede a liberdade de expressão. E essa dinâmica intensifica o desafio central que é a regulação.

A jornalista Bia Barbosa seguiu afirmando que a tecnologia não é neutra. Para ela, a tecnologia é desenvolvida a partir de interesses de grupos que estão no comando político e econômico. Mas, não por isso, é possível afirmar sem ponderações que a internet seja responsável pela idiotização ou pelo iluminismo.

“É preciso entender que a sociedade evoluiu, as tecnologias evoluíram e que a questão da regulação dessas grandes plataformas hoje, é um imperativo democrático.”

Retomando os exemplos dados anteriormen-

te pelo Deputado Federal Alessandro Molon, a jornalista lembrou da influência da mídia no referendo da Colômbia e indicou o documentário Privacidade Hackeada que conta como o trabalho da Cambridge Analytica, a partir do tratamento dos dados dos usuários da internet, influenciou nos resultados eleitorais no mundo inteiro. “Se a gente não quiser fazer igual aos países autoritários que bloqueiam o funcionamento de determinados aplicativos e de algumas redes sociais, a exemplo da Índia, nós precisamos avançar na discussão de regulação.”

A experiência europeia pode guiar, de alguma forma, esse embate. Lá, as plataformas têm sido multadas em quantias significativas pelo fato de exercerem o seu poder de mercado, de uma maneira abusiva, em relação a uma série de direitos dos usuários da Internet.

Certo de que é preciso quebrar o monopólio nessa área de comunicação e tecnologia, garantir que os dados coletados por essas plataformas não sejam usados para finalidades indiscriminadas e pôr fim na proliferação das fake news, o desafio é encontrar o equilíbrio entre regulação e liberdade de expressão. “Só uma lei não vai resolver isso. A questão passa também, pelo papel a ser exercido pelo Judiciário; como o Executivo entende políticas públicas que estão relacionadas à área de inclusão digital, de educação para a mídia, do direito ao acesso digital.”

Como um profissional da História, o Deputado Alessandro Molon retomou aspectos sobre o iluminismo. “Esse avanço da razão, a razão que veio para destruir preconceitos, visões mágicas da realidade, e o que a gente viu, nos últimos tempos, foi justamente o contrário. A internet ser usada para reforçar preconceitos, para atacar a ciência, para questionar as conquistas e descobertas dos intelectuais, dos pesquisadores. Ou seja, para espalhar mentiras.”

A internet é forte, em sua dualidade. Assim como pode ser usada para expandir conhecimento, generosidade, solidariedade, juntar as pessoas, pode gerar preconceito, atacar a ciência, espalhar mentiras, suspeitas, desconfianças, gerar intolerância, ódio.

O deputado avaliou que o engajamento tão desejado dos diversos públicos que acessam a internet pode se dar pelo ódio, pela repulsa, pela rejeição, assim como pela afinidade.

Ao lembrar seu professor Leandro Konder, Molon reproduziu uma citação oportuna para o debate. Em sala de aula, dizia o professor: “Eu não sei se a gente vai conseguir criar um sistema, um modelo, uma civilização que consiga aproveitar as qualidades humanas com a mesma força que estamos aproveitando os defeitos”.

Democracia e autoritarismo é um binômio presente nesse embate das tecnologias comunicacionais. Luiz Nassif apresentou dois conceitos para o grupo debatedor. A concessão pública e o direito à informação como um direito constitucional.

Sobre o primeiro, reiterou a necessidade de regulação, diferente da que o Brasil confere, na atualidade. “Você não pode ter no mesmo lugar a televisão de maior audiência, o portal de maior audiência, o jornal. Tudo isso vai contra esse conceito da democracia de informação.”

Sobre o segundo, reforçou seu pensamento citando o Pacto de Costa Rica. “A Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil estão trabalhando juntas essa questão da informação como um bem essencial para impedir o que ocorre hoje.”

Bia Barbosa seguiu reiterando que é importante descontextualizar a assertiva de que qualquer proposta de regulação é em si um cerceamento da liberdade de expressão. Para ela, a regulação é necessária na mesma proporção que garantir a liberdade de expressão. Os dois podem coexistir sem restrições. A jornalista explicou quanto a legislação nessa área, no Brasil, é desatualizada. “O Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962. A gente não tinha nem televisão em cores, quanto mais Internet.”

Ácida em sua fala, Bia concluiu que “os governos progressistas, populares, democráticos, ficaram mais de uma década no poder e não enfrentaram essa discussão e a gente está pagando o preço por isso até hoje”.



Lições da Pandemia para o Enfrentamento das Desigualdades: O Sistema está Nu!

Emir Sader

Sociólogo e Cientista Político
Diretor do Laboratório de Políticas Públicas da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Leonardo Boff

Teólogo, Escritor e Professor

Bira do Pindaré

Deputado Federal PSB
Ex-Secretário de Estado da Ciência,
Tecnologia e Inovação do Maranhão

Ricardo Coutinho

Moderador

Autor de vários livros, entre eles, Igreja, carisma e poder e um dos participantes da comissão de redação da Carta da Terra, o Teólogo Leonardo Boff foi o primeiro a responder ao questionamento do moderador Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), entidade vinculada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e organizadora do encontro virtual Pense Brasil.

Depois de ter historicizado em relances a história protagonizada em Brasília, nos últimos 30 anos, do ápice da Constituição de 1988, com altos e baixos do processo democrático, até as eleições de 2018, Coutinho pediu para Boff fazer um balanço.

O Escritor começou evidenciando dois pontos. O primeiro foi sobre a restrição de somente pensar o Brasil a partir do Brasil. Para Boff, isso é inviável. “Temos que pensar o Brasil no jogo das forças mundiais.”

Ao elogiar o livro de Moniz Bandeira, A desordem mundial, Leonardo Boff anuiu com a assertiva do autor: “Há um ascenso das direitas, um cansaço com as democracias e o predomínio quase absoluto do capital não produtivo”. E completou: “Produtivos são os 60 trilhões. Especulativos são 620 bilhões, que é um dinheiro que se faz sem trabalho, e esses estão dominando o mundo”.

Boff compartilhou com o público documento recente que recebeu do Credit Suisse, anunciando que “1% da humanidade detém 45% da riqueza pessoal e global. E 50% da humanidade detém menos de 1%”. O domínio avassalador do sistema do capital encontrou a sua versão política na direita. Para Boff, Trump é o maior representante dessa política mais conservadora, desumana e cruel. “O Brasil está dentro disso”, asseverou.

O segundo ponto apresentado por Leonardo Boff, que explica a trajetória do Brasil, foi o fato de o País ter sido consolidado a partir da consequência daquilo que a Casa Grande introduziu, que são as oligarquias. As quais, segundo o teólogo, nunca aceitaram alguém que viesse da condição da senzala. “Lula não era da senzala porque é branco. Mas da condição da senzala, do mundo dos pobres, marginalizados. Nunca aceitaram que alguém desses

meandros chegasse ao centro do poder. Toleraram o Lula e ele teve que assinar aquela carta aos brasileiros, aquela concessão ao sistema do capital, dizendo que iria respeitar o sistema e respeitar os contratos. Quando li aquilo, eu disse: Estamos perdidos! Já não é mais o Lula, é alguém que é funcional ao sistema. Mas conseguiu uma brecha, a partir de onde ele fazia as políticas públicas e fez pela primeira vez, neste País.”

Para Boff, quando as elites se deram conta de que essa visão mais social ia ser institucionalizada e perpetuada, deram o golpe e derrubaram a proposta entendida por ele como inovadora.

Outra vez referenciando um autor, Boff citou Edgard Morin, quando o francês escreveu recentemente, em tempos de pandemia, que “nós estamos sob o jogo das duas grandes forças, que são a força do Thanatos, da morte, do ódio e a do Eros, que é do amor, da comunhão”.

Em seu livro Concluir a refundação ou prolongar a dependência, Boff faz reflexões sobre o Brasil que os brasileiros querem. “Queremos uma democracia participativa com justiça social, que vem de baixo para cima e que possa contribuir para diminuir o mais possível a desigualdade social e possa dar uma contribuição muito importante para a nova fase da humanidade, que é a globalização, onde aqueles países que têm a natureza ainda preservada terão importância fundamental para todos.”

O também escritor, Emir Sader, com mais de 90 obras publicadas, seguiu com a abordagem sugerida pelo moderador. Ele acredita ter havido, no mundo todo, uma retomada conservadora. Se, antes, o planeta era bipolar, para Sader, agora, é unipolar. “Estamos sob a hegemonia imperial americana. Saímos de um ciclo longo, expansivo, para um ciclo longo, excessivo. Saímos de um modelo hegemônico de bem-estar social para um modelo centralizado do mercado.”

Na contramão do que estava acontecendo no mundo, a América Latina, ao combater os governos antineoliberais, foi uma vítima fácil, afirmou o Cientista Político. “Esses governos do PT diminuíram a desigualdade, a fome, a miséria e a exclusão social e

o sonho da direita, desde 2002, era desalojar o PT do Governo.” O golpe, para Sader, foi um atalho, depois de quatro derrotas do PSDB.

Para melhor analisar o momento, o debatedor sugeriu uma reflexão apoiada em duas questões essenciais. Primeiro, ele disse que o povo apoiou o PT pelo programa de desenvolvimento econômico e pelas políticas sociais. Mas, não houve nenhum processo didático para convencer a massa da população de que tudo somente seria possível pela democracia.

A segunda questão, apresentada pelo professor, foi sobre a aceitação de Bolsonaro pela direita. Para Sader, a única explicação é o medo que nutrem do PT ou do Lula, afinal, no segundo mandato, o presidente deixou o governo com 87% de apoio. “Em algum momento, o modelo de gestão que priorizou as políticas sociais foi majoritário no Brasil.”

Depois de concordar com as falas que o antecederam, o Deputado Federal Bira do Pindaré acrescentou que a vitória da extrema-direita, em 2018, só foi possível com o uso das redes sociais e das fake news. “Houve muita manipulação.”

O parlamentar aproveitou para avaliar as consequências a partir de seu lugar de atuação e reclamou das pautas que estão sendo enviadas para o Congresso Nacional. “Estamos vendo um retrocesso histórico.”

Eleito pelo Maranhão, o Deputado defendeu que a luta de classe ainda é o motor da história. E que as categorias de trabalhadores não estão arrefecidas por causa das mudanças que o mundo do trabalho está vivendo, em especial, com o crescimento da tecnologia.

Ao avaliar os eventuais erros cometidos pela esquerda, nos últimos anos, o deputado enumerou alguns e evidenciou que o principal foi acreditar que era possível, em algum momento, a conciliação com o capital especulativo financeiro. “Isso foi uma ilusão das esquerdas. Eles fizeram concessões e depois, quando não conseguiam mais avançar na pauta que caminhava nessa agenda ultraliberal, porque aí já não era mais nem o neoliberalismo, era

o ultraneoliberalismo, eles resolveram então, golpear e interromper o ciclo das esquerdas no Brasil”, explicou o deputado.

Ricardo Coutinho aproveitou as contribuições e ponderou sobre o capitalismo se alimentar da crise. Depois, ironizou o fato de o capital especulativo ser maior do que o produtivo. “Antes, o capital servia para financiar a produção, hoje serve para se retroalimentar e fazer com que a produção seja apenas um detalhe na vida cotidiana.” Então, o moderador apresentou a questão norteadora para a segunda rodada de falas dos debatedores: “Qual é o caminho para recuperar as utopias tão necessárias ao dia a dia, à vivência das populações?”

Leonardo Boff contou sobre um encontro que o Papa Francisco teve com os movimentos sociais, em Cochabamba/Bolívia, oportunidade em que o pontífice disse: “Vocês não esperem nada de cima, porque vem mais do mesmo, senão, mais do pior”. Essa frase inspirou o escritor brasileiro a concluir que a saída para a democracia participativa brasileira; para a criação de um outro modelo de economia, mais comunitária; um novo tipo de produção orgânica, com pequenas empresas ecológicas, somente será possível a partir de uma força que venha de baixo. “Os que representam a esquerda precisam criar redes porque senão perderão a força.”

Na sequência, relacionou três metas importantes: Tudo o que acumular em conhecimentos e a própria ciência não é para o mercado, é para a vida; é preciso lutar pela justiça social, sem a qual não há paz, porque o oposto à pobreza, não é a riqueza; é a justiça social, que falta ao nível mundial; e é importante cuidar da mãe terra, para possibilitar todos os demais projetos.

Sobre as injustiças, Boff ressaltou que duas, entre tantas, são mais danosas. A primeira, é a social. Parte da humanidade vive na miséria, na inumanidade, na pobreza e fome, e isso é corrosivo. E a segunda é a injustiça ecológica, responsável pelo ataque à mãe terra. “Na minha interpretação, o coronavírus, que não pode ser visto isoladamente, só pela medicina, pela técnica, pela vacina, tem que ser visto no contexto. Ele é fruto do capitalismo que agrediu de

forma sistemática a terra gaia, o ser vivo, e ela agora está contra-atacando”, contextualizou Boff.

A recomendação deixada pelo debatedor foi a de repensar ou refundar um tipo de civilização que seja amigável com a vida, que permita uma convivência minimamente pacífica.

Em sua reflexão, a globalização trouxe a interdependência, mas não a solidariedade mundial. “Nós temos que chegar a um centro de administração daquilo que é humano e buscar soluções coletivas para aquilo que é coletivo; globais para aquilo que é global.”

O professor Emir Sader emendou afirmando que derrotar o neoliberalismo deve ser o começo da trajetória para proibir o capitalismo de seguir acumulando riqueza.

A ascensão neoliberal, segundo Sader, mudou a correlação de forças em todo o mundo. A hegemonia passou a ser de um único bloco. O socialismo, enquanto projeto, praticamente desapareceu. “A primeira questão é reconstruir sociedades que priorizem as políticas sociais e não o ajuste fiscal.” Para o Cientista Político, o desafio é humanizar. “Temos que recomeçar a construção do socialismo pelo fortalecimento da esfera pública que, no limite, pode desembocar no anticapitalismo.”

O socialismo a que se refere Emir Sader não se aproxima do modelo soviético, em que o Estado ocupou o lugar dos trabalhadores. “O poder não estava na mão dos proletários e sim na mão da burocracia estatal.” Os países da América Latina, na avaliação do professor, tentaram uma alternativa. “É uma esquerda antineoliberal. Lula, Rafael Correia, Pepe Mujica e Evo Morales, Néstor e Cristina Kirchner, tornaram-se os grandes líderes da esquerda mundial porque se opuseram ao neoliberalismo.”

O Deputado Federal Bira do Pindaré entrou para o debate acrescentando que, para derrotar a agenda ultraliberal, é preciso construir uma nova agenda social baseada no combate às desigualdades sociais que também são raciais. “Quem mais sofre são os pobres e, principalmente, os pretos do nosso País e do mundo.”

A agenda proposta pelo deputado deve se

comprometer com as questões ambientais e com o respeito ao ser humano. Para ele, a esquerda precisa retomar o seu trabalho de base. “Outro ponto importante é a unidade das esquerdas, diante desse cenário tão difícil. Não há saída isolada para ninguém. Não há saída para ninguém sozinho. Ou a gente se junta ou a gente se lasca, me permitam essa expressão.”

Falando sobre agenda, Leonardo Boff defendeu que a pauta mínima, mais imediata, é salvar vidas. “Está havendo uma dizimação da nossa população, especialmente nas periferias, dos mais pobres. E salvar vidas significa recuperar aquelas instituições que podiam atender a todo o mundo. O [Sistema Único de Saúde] SUS é a maior invenção para a saúde do mundo.”

Para Boff, a vida tem que estar no centro da agenda e isso implica, acredita ele, reverter a realidade política do Brasil. O debatedor defendeu que o presidente não está cuidando da vida do povo, dos direitos mínimos e irrenunciáveis, como o direito a viver, a morar; a ter educação para poder se comunicar; ao lazer”.

Sobre a questão da ética, uma pauta planetária fundamental, Leonardo Boff concordou afirmando ser necessário reinventar o ser humano porque “essa humanidade fracassou”.

Depois de concordar que a prioridade da agenda é garantir a vida, Emir Sader acrescentou que é imprescindível combater a fome e o vírus, para que, então, seja possível incentivar a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e democracia. Para o professor, democratizar o Brasil passa pela desmilitarização do Estado.

O Deputado Federal Bira do Pindaré disse que, apesar do Congresso estar mostrando a velha política do toma lá dá cá, e do governo ter cooptado uma parcela considerável do Centrão, distanciando a possibilidade de um impeachment, ele não descarta um impedimento no campo do Judiciário.

Para o Deputado, uma política de renda mínima é questão fundante para a agenda comum anteriormente defendida. “Está provada a necessidade da renda mínima, muitas vezes

criticada pela direita”, comentou Bira do Pindaré.

Outra questão abordada pelo deputado foram as eleições municipais. “Temos que fazer a discussão sobre construir cidades mais humanas e mais justas. Isso é necessário, porque está na ponta, está lá, pertinho do cidadão. E muitas políticas não chegam. O combate à desigualdade começa nos municípios e nós precisamos olhar para as eleições municipais com essa visão de que é preciso gestores com essa sensibilidade.”





Novas Matrizes para o Desenvolvimento Social e Econômico nas Cidades e no Campo

Laura Carvalho

Professora Associada Livre-Docente
do Departamento de Economia da USP

Leda Paulani

Economista, Professora Livre-Docente
do Departamento de Economia e da
Pós-Graduação em Economia da USP

Hildete Pereira de Melo

Professora associada da Faculdade de
Economia e do Programa de Pós-graduação
em Políticas Sociais da Universidade
Federal Fluminense (UFF)

Vilson da Fetaemg

Deputado Federal-PSB

Ricardo Coutinho

Moderador

Após apresentar os quatro participantes da 17ª edição do Pense Brasil, o presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), Ricardo Coutinho, introduziu uma pergunta comum a todos e anunciou que, na sequência, faria abordagens distintas para ampliar a possibilidade de debate, tendo em vista a dimensão da temática.

A pandemia da covid-19 provocou rupturas importantes, começou o moderador, pelo menos aos olhos da população, no modelo econômico neoliberal hegemônico, que já vinha numa crise bastante acelerada, exibindo certo esgotamento. Então, perguntou: Quais os principais sinais desse esgotamento que vão nos orientar no cenário pós-pandemia?

A Professora Laura Barbosa de Carvalho, autora do livro *Curto circuito, o vírus e a volta do estado*, publicado em 2020, ficou muito à vontade para responder. Ela começou fazendo importante alerta: “Eu tenho algum temor em dizer que o sistema foi colapsado por essa pandemia. Essas visões de que a pandemia vai dar lugar de forma automática e de alguma maneira natural a um mundo novo, mais justo e mais sustentável, eu acho que, no geral, consideram que o mundo pós-pandemia é alguma coisa que está desconectada e é independente do mundo que estamos vendo agora, durante a pandemia. E, nesse momento, a gente não está vendo uma resposta à altura, muito pelo contrário, a gente está vendo desigualdades exacerbadas, uma crise econômica e social de proporções inéditas, ao redor do mundo, e, em particular, aqui no Brasil”.

Para a professora, é possível que o mundo com mais desigualdade e maior dívida pública dê lugar a grupos de poder que saibam como se aproveitar da situação. A certeza que a Professora não descarta é que a pandemia serviu para realmente destruir o discurso, que vinha ganhando cada vez mais espaço no Brasil, nos últimos cinco anos, de que o Estado deveria sair de cena e deixar para o setor privado a tarefa de alocar os recursos da sociedade. “Ficou muito concreta a necessidade de um papel maior para o Estado em várias dimensões.”

A crise brasileira de 2015 e 2016 representou uma ruptura da agenda de políticas sociais, segundo

Laura Barbosa de Carvalho, também autora do livro *Valsa brasileira*, publicado em 2018. Na obra, a Professora analisa os cenários econômico e político dos anos 2000 e propõe uma nova agenda de aprofundamento da democracia, investimentos públicos e estado de bem-estar social. “Houve uma ruptura da agenda econômica quando o foco quase que exclusivo passou a ser cortar gastos públicos e reduzir o tamanho do Estado na economia”, explicou a autora.

Esse debate sobre estado mínimo ganhou relevância, na crise de 2008. À época, houve uma percepção da importância do papel do Estado, da política econômica, tanto pelo lado dos bancos centrais quanto da política fiscal, nos gastos públicos e no combate da desigualdade.

A Professora acredita ter havido um amadurecimento dos governos da Europa, depois da crise de 2008, e, por isso, segundo ela, alguns conseguiram ser mais ágeis em apoiar suas comunidades nesse episódio da pandemia. Mas não descarta a possibilidade de novas ondas de austeridade naqueles países.

No caso do Brasil, a Professora afirma que está em disputa a intenção da equipe econômica de retornar à agenda anterior, inclusive de uma maneira ainda mais acelerada, cortando despesas obrigatórias e desmontando direitos constitucionais. De outro lado, acrescentou a debatedora, parece haver uma tensão, uma valorização, na sociedade, do Sistema Único de Saúde (SUS), das nossas redes de proteção social, inclusive propondo ampliação. “Ainda não dá para saber exatamente se a agenda anterior vai voltar, integral ou parcialmente, de forma ainda pior, quer dizer, o que vai acontecer nesse mundo pós-pandemia também depende um pouco da nossa capacidade de mobilização”, finalizou Laura Barbosa de Carvalho em sua primeira participação.

Segunda a falar, a também Professora Hildete Pereira de Melo concordou que a pandemia escancarou algo que estava em curso e de forma extremamente acelerada, nessa segunda década do século XXI, sobretudo depois do impeachment da Presidenta Dilma.

Para melhor expressar suas contribuições, Hilde te afirmou que, nas três primeiras décadas do século XX, havia um estado amortecedor que atenuava as crises econômicas. Agora, explicou, “o Estado acentuou o processo da crise que é a maior da história do Brasil. Pelo menos das que a gente tem números”.

A Professora exemplificou compartilhando dados recentes do boletim da Faculdade de Economia da USP, com a contabilidade das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil ao longo do século XX e no período que vai de 2015 a 2020. O cálculo mostra que o PIB brasileiro terá queda de 11,96%.

A reflexão da debatedora remontou ao período entre 1929 e 1931, quando a crise foi crucial e, segundo estudo apresentado no boletim, a queda do PIB tivera sido de - 5,45%. A Professora não desconsiderou que o Brasil era um país agrário, em condições diferentes do atual desenho, mas evidenciou o comparativo da crise. “Eu tenho muita preocupação, porque o Brasil caminha para fechar a pior década de sua performance econômica dos últimos 120 anos, no mínimo. Que Brasil vai emergir? É preciso lutar para que a gente possa construir uma narrativa.”

A também Economista e Professora Leda Paulani replicou a brincadeira que faz com seus alunos: “A revolução não está ali na esquina, vamos lá”. O grau de elasticidade do sistema é muito alto, disse ela. A história já demonstrou isso. Várias vezes falou-se que era o fim do capitalismo e a fórmula adéqua-se e contorna as dificuldades.

Sobre os problemas do sistema, a Professora asseverou que são acentuados pelo fato de a velocidade de crescimento da riqueza financeira ser muito mais elevada do que a velocidade de crescimento da riqueza real. “Isso vai impondo pressão sobre o sistema, permanente, e não só, ele vai gerando constantemente bolhas de ativos, porque os ativos financeiros predominantemente são sujeitos a processos especulativos”, explicou a professora tentando ser didática.

Para ela, entender a crise atual, passa por comparações com a crise de 2008, por que garante escala. “Se a gente comparar os dois períodos, 2000 a 2008, e 2008 a 2016, é possível observar que a taxa

média de crescimento da União Europeia, no primeiro período, foi de 2% ao ano. No segundo período, foi de 0,4%. A taxa de crescimento no Reino Unido, no primeiro período, foi de 2,5% e, no segundo, é de 1,3%. A do Japão foi de 1,2% ao ano, no primeiro período, e, 0,4%, no segundo. Nos Estados Unidos, foi de 2,3% contra 1,3%, no segundo período”. Os números falam por si.

Os dois maiores sinais de esgotamento do sistema, segundo a Professora Leda, são o crescimento brutal da desigualdade e a precarização da força de trabalho. Sobre essa segunda questão, a debatedora afirmou que tem a ver também com as novas tecnologias da 4a Revolução Industrial e o desequilíbrio ambiental.

O Deputado Federal Vilson da Fetaemg, que é também um agricultor familiar, afirmou sentir na pele as necessidades do povo brasileiro. Para ele, entre tantas dúvidas, uma certeza é que a pandemia produziu e produzirá ainda mais desemprego, recessão e miséria.

A pergunta que o Deputado gostaria que fosse respondida pelas economistas, ao longo do debate, é se, de fato, o Brasil tem solução.

Para ele, que não acredita no Estado mínimo, será preciso promover muitas mudanças. O Deputado narrou a dificuldade que foi aprovar a PL das Micro e Pequenas Empresas, no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) para conseguir crédito especial. “Sabemos que, depois da pandemia, mais de 500 mil empresas não reabrirão as suas portas.”

O Deputado lembrou, ainda, que muito se fala do agronegócio, que é importante para as commodities e quase nenhuma atenção é dada para o modelo familiar de atividade rural. “Aproximadamente 40% da riqueza gerada no campo é da agricultura familiar”, sentenciou o deputado, ainda referenciando que muitas famílias, atualmente abrigadas nas periferias das médias e grandes cidades, já foram pequenos proprietários em zonas rurais, que, sem apoio e sem condições de produzir, abandonaram seus lares para tentar a vida nas cidades.

Quando a palavra voltou ao mediador, Ricardo

Coutinho contextualizou o debate até ali e pediu para a Professora Laura Barbosa de Carvalho falar sobre seu livro *Curto circuito: O vírus e a volta do estado*. Em especial, Coutinho quis saber sobre as propostas defendidas para garantir a proteção social e promover o desenvolvimento.

A obra expõe cinco dimensões, que abordam as funções do Estado: (1) Estado estabilizador da economia; (2) Estado investidor em infraestrutura; (3) Estado protetor, (4) Estado prestador de serviços e (5) Estado empreendedor.

Sobre o Estado estabilizador da economia, a autora refere-se ao comportamento dos vários atores sociais. Em um dos lados, estão as famílias, o setor privado, que assumem uma postura defensiva para garantir a própria sobrevivência. Primeiro, um em relação ao outro, as famílias promovem cortes que se refletem no setor privado. Então, esclareceu a Professora, cabe ao Estado o papel de injetar recursos na tentativa de assumir a postura não defensiva, mas de estabilizador que, na economia, é chamada de anticíclica. “É aquela que atenua a gravidade de uma crise. Afinal, nesse momento, o Estado arrecada menos e expande os gastos, porque é aí que o Estado se faz mais necessário como estabilizador.”

Para a Economista, a atual crise apresenta especificidades, que exigem um modelo específico de estado estabilizador, porque, essencialmente, a crise é na saúde pública, com demanda de isolamento, e as medidas econômicas não se adéquam. “O papel de estabilizador nessa crise é diferente, segue a linha de tentar garantir a sobrevivência das empresas e a sobrevivência das famílias com programas de transferência de renda.”

Quanto ao Estado investidor em infraestrutura, Laura Barbosa de Carvalho asseverou que infraestrutura é um setor em que o retorno dos investimentos é de longo prazo e exige aporte de capital inicial, promovendo a ausência da iniciativa privada e a necessidade da presença do setor público.

Sobre a função do Estado protetor, aquela que faz a gestão da rede de proteção social, a autora esclareceu ser a mais relevante para o século XXI, dadas as condições do mercado de trabalho, cada

vez mais precárias, com o crescimento do trabalho informal. “A discussão da renda básica entra nesse aspecto do Estado protetor e das transformações no mercado de trabalho.” A quarta função, o Estado prestador de serviços, engloba o debate sobre o SUS, mas também sobre a educação. “Nós precisamos ainda mais de recursos para lidar com os desafios à frente. E a educação, que já é subfinanciada, no Brasil, exigirá muito mais.”

A quinta dimensão do Estado, a que aborda a inovação, a necessidade de empreender, foi apontada, pela Professora, como importante para garantir outras relações, como a da tecnologia, por exemplo, e a do trabalho. “Também na inovação, assim como na infraestrutura, o Estado sempre se fez presente, no mundo inteiro. É um mito achar que o mercado basta. Que a genialidade do inventor é suficiente. No mundo inteiro, o Estado sempre foi muito importante, nessa área.”

Ao concluir sua narrativa sobre o livro, a autora contou que, ao final, propõe uma discussão baseada na ideia de Mariana Mazzucato, Economista e Professora da University College London, que trabalha com a ideia de políticas de desenvolvimento baseadas em missões. “A ideia é superar carências da sociedade como se fossem missões sociais, que também mobilizem recursos e financiamento, inclusive em bancos públicos, compras públicas, para o desenvolvimento de produtos, inovações e tecnologias novas”, concluiu a Professora.

Para introduzir a pergunta específica para a Economista Hildete Pereira de Melo, o moderador Ricardo Coutinho precisou narrar um pouco de sua trajetória. Como uma feminista, a debatedora tem dedicado grande parte de sua vida acadêmica e política à promoção do debate a respeito dos direitos e da valorização da mulher na vida social no País. Nesse sentido, perguntou Coutinho: “Como você situaria essa questão de gênero dentro de um esforço conjunto de superação de sistema?”

“As mulheres estão no centro das respostas da crise da saúde. E a crise econômica tem outro chapéu, mais amplo, mas as mulheres já estavam lá dentro”, iniciou a Professora. Na sequência, expli-

cou que 63% das pessoas que estão atendendo à população nos hospitais, nos postos de saúde, são mulheres.

“A ciência é masculina, branca e profundamente androcêntrica, mas a pandemia escancarou uma realidade diferente e as mulheres rasgaram os panos.”

Segundo Hildete, também as mulheres estão penando, com a questão do isolamento e das funções e cuidados com os filhos, porque as escolas foram para dentro das casas. “As mulheres que trabalham fora de casa e que têm filhos abaixo de 14 anos estão desesperadas, porque têm que dar atendimento ao problema das aulas na educação digital e as questões digitais irromperam pelas nossas vidas de uma forma violenta, com a pandemia.”

Por outro lado, as mulheres formam a maioria de desempregados. “A pandemia elevou a desigualdade de gênero, no Brasil”, sentenciou a Economista. Depois alertou que a maior ocupação das mulheres brasileiras, ao longo da história, tem sido como empregadas domésticas. A pior remuneração que existe. “São 6 milhões de mulheres, atualmente. Já foi um pouco mais.” Entre os trabalhadores do setor de serviços, 70% são mulheres.

A sociedade que foi gerada com a melhoria da renda para as classes pobres, na primeira década do século XXI, criou certa euforia e fortaleceu, com a propaganda das Microempresas Individuais (MEIs), o mito do patrão. “As pessoas acham que podem ser proprietárias de si próprias e dos seus negócios, que o sonho não é viver bem, o sonho é entrar num shopping e comprar algumas coisas lá. Então, o consumismo tomou conta da sociedade como um todo. E isso tudo foi desmoronando com a pandemia”, sentenciou a Economista.

Leda Paulani tomou a palavra para responder ao moderador e a todos os demais participantes sobre a valorização financeira relacionada à polarização produtiva.

“O Brasil passou por um período muito difícil, nos anos de 1980, com inflação sem precedentes”, iniciou a Professora. Depois, defendeu sua tese de que, no começo dos anos 1990, quando se conseguiu estabilizar monetariamente a economia, com o Plano Real, houve o fortalecimento dos privilégios para a riqueza financeira. Isso se deu com o objetivo de garantir que o capital, em moeda externa, em divisas, chegasse ao Brasil pela via da balança de capitais, pela via dos investimentos em carteira, em papéis, mas que são, na realidade, apenas compra de patrimônio que já existia; não é ampliação de capacidade produtiva dentro do País. “Esse modelo criado à época, perdura. O Brasil decidiu se transformar numa plataforma internacional de valorização financeira e colocou isso na frente de tudo, inclusive da indústria, que acabou indo para o buraco.”

Para a Professora, mesmo nos governos do PT, que fizeram diferença do ponto de vista da redução da desigualdade, com a implementação de políticas sociais, não houve avanço na apresentação de nenhuma outra proposta diferente.

Depois de agradecer às contribuições das economistas reunidas pelo Pense Brasil, o Deputado Federal Vilson da Fetaemg, eleito por Minas Gerais, retomou a questão da presença dos bancos, no Brasil. Para enfatizar a falta de sintonia entre os banqueiros e o País, contou conversa recente com seu irmão, também agricultor familiar, sobre a doação de recursos dos bancos como apoio no momento da pandemia.

O irmão do deputado estava celebrando a notícia de que os bancos, juntos, doariam R\$ 1 bilhão, para ajudar na crise pandêmica, quando foi informado por Vilson que o lucro do setor, no ano, tinha sido de R\$ 125 bilhões.

As dimensões se alteraram. O que era muito, ao ser comparado, pareceu muito pouco.



Identidades Brasileiras: Um Vetor Original para a Democracia e o Desenvolvimento

Valneide Nascimento

Presidente da Negritude
Socialista Brasileira

Tony Sechi

Presidente Nacional
da Juventude do PSB

Dora Pires

Secretária Nacional
de Mulheres do PSB

Luciana Trindade

Coordenadora Nacional do PSB Inclusão

Tathiane Araújo

Secretária Nacional
do Segmento LGBT do PSB

Joilson Cardoso

Secretário Nacional Sindical do PSB

Acilino Ribeiro

Movimento Popular Socialista

Ricardo Coutinho

Moderador

Em um formato diferente, o Pense Brasil do dia 24 de julho reuniu os representantes de sete segmentos organizados do Partido Socialista Brasileiro (PSB): Negritude, Mulheres, LGBT, Juventude, Movimento Popular Socialista, Sindical e o que está em fase de criação: Inclusão. O Presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), Ricardo Coutinho, e também moderador do encontro virtual, identificou a atividade como uma ação de dentro para fora. Um debate a partir das bases do PSB.

A Presidente da Negritude Socialista Brasileira, Valneide Nascimento, foi a primeira a falar. Motivada por Ricardo Coutinho, ela avaliou a questão do racismo estrutural no País. “Nós não podemos refletir sobre o Brasil sem pensar na população negra, pois somos mais de 50%”, disse.

Para Valneide, debater as identidades brasileiras numa data que antecedia o Dia Internacional das Mulheres Negras Latino-Americanas e do Caribe e também o Dia Nacional de Tereza de Benguela, que é muito importante para a população negra no Brasil, foi muito significativo.

A Presidente da Negritude chamou a atenção para o fato de os negros serem as maiores vítimas de homicídio no País. “Somos a maioria em número de encarcerados, desempregados, os que recebem os menores salários. As mulheres negras são a maioria entre as empregadas domésticas.”

Sobre o projeto Feminismo Negro, realizado pela Negritude Socialista Brasileira, Valneide disse ter como base uma frase da historiadora Angeli Tavis: “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Nesse sentido, o PSB tem sido referência. A campanha Não à Violência Ativa, lançada pelo partido, é um instrumento para reforçar o debate. “Não há mais espaço para disputar qual opressão é mais urgente. Precisamos sair do campo da individualidade e reforçar o debate identitário no campo coletivo.”

Valneide afirmou que a condição de ser mulher, muitas vezes, representa uma entre tantas identidades possíveis. “Além de sermos mulheres, nós somos mulheres negras, trans, lésbicas, bissexuais, pobres, de classe média, enfim, somos

pessoas com várias identidades.” Sua primeira fala foi concluída com a leitura de um trecho do poema da escritora negra Maya Angelou: “Acima de um passado que está enraizado na dor eu me levanto. Eu sou um oceano negro, vasto e inquieto, indo e vindo contra as marés. Eu me levanto. Deixando para trás noites de terror e medo eu me levanto. Em uma madrugada que é maravilhosamente clara eu me levanto, trazendo os dons que meus ancestrais deram. Eu sou o sonho e a esperança dos escravos. Eu me levanto, eu me levanto, eu me levanto”.

Ricardo Coutinho provocou Tony Sechi, da Juventude Socialista, com uma frase de Che Guevara: “Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética”. Depois, avaliou que, ao reconhecer os jovens parlamentares brasileiros, não identifica a garra que esse público deveria representar.

Tony iniciou contando que sempre esteve em sua pauta a luta por renovação no Congresso Nacional. “O PSB tem estimulado a juventude do partido a participar dos processos eleitorais. Não só para levantar bandeiras, mas para ser protagonista, disputar os processos eleitorais, colocar a representação do nosso partido como eixo principal.”

Com o objetivo de explicar a apatia jovem, Toni Sechi fez relações com o modelo de educação pública no Brasil. Para ele, não consta, no projeto escolar, a formação de jovens críticos. Avaliou, ainda, o fato de os partidos não promoverem a renovação em seus quadros. Para mostrar que, nas bases do PSB, a realidade é outra, Tony exemplificou lembrando Aliel Machado, João Campos, o próprio Alessandro Molon, entre tantos outros, como representantes desse público jovem na idade e na política

A onda conservadora instalada no País tem motivado os jovens a defenderem posturas de direita. “Virou moda”, disse o debatedor.

Para reforçar o compromisso do PSB em renovar, Tony referiu-se ao processo de autorreforma promovido pelo partido. “O nosso partido está fazendo o dever de casa.”

Um ponto relevante para o Presidente Nacio-

nal da Juventude do PSB é a questão do negacionismo. “Para a direita, não existe racismo, não existe homofobia, e esse é o pilar do discurso deles.” A juventude tem papel fundamental no posicionamento contrário a essa realidade imposta pelo governo atual.

Depois de narrar sua experiência como Prefeito de João Pessoa, em especial sobre como lidou com as questões de acessibilidade urbana e direito à cidade, Ricardo Coutinho questionou Luciana Trindade, do PSB Inclusão, sobre seu posicionamento em relação a essa pauta.

“As cidades são inimigas das pessoas com deficiência”, iniciou Luciana.

Depois, apresentou algumas referências históricas, contando que, no passado, a deficiência era vista como castigo de Deus. Em determinadas religiões, era comum as pessoas serem mortas.

Quando não, seguiu Luciana, as pessoas com deficiência eram mantidas trancadas em casa ou levadas para internação em manicômios. “Essas pessoas não eram vistas em espaços públicos e, dessa forma, as cidades foram crescendo e se desenvolvendo sem a necessidade de pensar na mobilidade da pessoa com deficiência.”

A representante do PSB Inclusão destacou que, no Brasil, tem várias especificidades geográficas, que impedem a mobilidade não apenas das pessoas com deficiência, mas de idosos, gestantes, mães com carrinhos de bebê, por exemplo.

Somente depois de muita articulação dos movimentos, inclusive com instituições internacionais, que na convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos da pessoa com deficiência, houve certo avanço em relação à humanidade desse público.

As cidades apresentam muitas barreiras físicas, algumas intransponíveis. “É uma violência social”, intensificou a debatedora. “Sabendo que existe uma grande demanda, e até vontade política, mas há pouco recurso para garantir pleno acesso, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida sempre ficaram à parte dessas políticas públicas. Nunca foram priorizadas.”

Ainda sobre acessibilidade, Luciana fez ques-

tão de abrir o debate para abranger outros públicos, além dos que apresentam deficiência. Ela citou os idosos e as pessoas com mobilidade reduzida. Em algumas localidades, o problema é ainda maior. Em Manaus, por exemplo, algumas pessoas que moram no interior do estado não conseguem chegar à capital para procedimentos médicos porque os barcos que fazem o transporte pluvial não são acessíveis. “Planejar cidades mais inclusivas, mais humanas, é fundamental.”

A Paraíba foi o primeiro estado do Nordeste a ter um ambulatório trans com capacidade para fazer cirurgias e acompanhamento. A iniciativa foi implementada na gestão do governador Ricardo Coutinho, que se apresentou para conduzir o tema com referências advindas de seu mandato. Após apresentar Tathiane Aquino de Araújo, fez a primeira pergunta: Qual é a agenda socialista para a política em prol de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), no País?

À frente dessa função, no PSB, desde 2018, Tathi lembrou dos desafios enfrentados ao longo da campanha eleitoral daquele ano. “A vertente LGBT, na verdade, sentiu essa comunidade muitas vezes abandonada. Atualmente, o PSB vem demonstrando que tem um compromisso sério com a pauta, que tem um compromisso não só de momento de campanha, mas no decorrer da sua gestão, quando, no exercício de mandatos, vem potencializando não só os quadros, mas também a militância. Em geral, isso é marca do nosso governo socialista”, explicou a debatedora.

O LGBT socialista produziu uma conscientização sobre essa nova era. Na verdade, completou Tathi, quanto mais o candidato da direita desconsiderava os direitos LGBT, mais os militantes se fortaleciam vinculados e apoiados pela esquerda.

A representante do segmento LGBT alertou para um novo modelo de debate, propagado pelo PSB. Para ela, a identidade de gênero é uma pauta relevante e precisa ser tratada com seriedade. “Seremos o partido de esquerda que mais apresentaremos candidaturas LGBT.”

O representante Joilson Cardoso, do segmento sindical do partido, foi o quinto a falar e,

antes de se posicionar, promoveu uma conexão entre todos os presentes. “Ao relembrar os fatos históricos que levaram o nosso País à redemocratização, lá estava a classe trabalhadora. Estão todos aqui representados. A luta das mulheres lá no século XIX, na Segunda Internacional Socialista, quando afirmávamos que não haveria emancipação da classe trabalhadora sem a concomitante emancipação das mulheres. As mulheres no mundo do trabalho, da sua vocação também para o trabalho e a realidade em que elas se encontram no passado e hoje. Também a juventude, os negros, os pessoas com deficiência, ou seja, a classe trabalhadora é composta exatamente por essas pessoas.”

Mais especificamente sobre a redemocratização, a força do movimento sindical, Joilson lembrou ter participado da campanha das diretas e, depois, de todas as lutas da classe trabalhadora no Brasil, até o processo constituinte. Comemorou as muitas vitórias da Constituição de 1988 e, depois, denunciou a recente reforma trabalhista, que considera a absolvição do ordenamento jurídico.

A grande bandeira do segmento sindical do PSB é defender um projeto nacional de desenvolvimento, assim como já consta na autorreforma, e que tenha como protagonismo a classe trabalhadora e o mundo do trabalho.

Em relação à reestruturação produtiva, com os elementos das novas tecnologias, Joilson afirmou que: “Mesmo com o atraso tecnológico do País, o Brasil comemorou o percentual de trabalhadores regulamentados, com carteira assinada, com proteção social, ser maior do que os informais. Nós chegamos a reverter esse número, num dado momento histórico no nosso País”.

Entre 2008 e 2009, quando, no Brasil, o índice de desemprego era menor do que 6%, 7% da mão de obra economicamente ativa, foi uma experiência de viabilidade. “Aprendemos ali que era possível o estado de pleno emprego.”

Mas a história foi revertida. “Com a ascensão do conservadorismo que achávamos ter sido derrotado, o que nós tivemos foi a cassação dos direitos dos trabalhadores.”

Sobre os sindicatos, o debatedor asseverou

estarem fechados, em seus papéis principais. “Suas funções estão sendo abolidas”, concluiu.

Do Movimento Popular Socialista, Acilino Ribeiro foi saudado por sua experiência de luta de longa data e solicitado a dar um parâmetro da representação do Partido Socialista Brasileiro em todo o País.

Com 35 subsegmentos considerados núcleos de bases, o partido consegue estar presente em muitas localidades. “Usamos essa estratégia para que o PSB pudesse se inserir nos movimentos sociais da sociedade civil e, a partir daí, desenvolver suas políticas partidárias de recrutamento, organização, mobilização, participação e, ao mesmo tempo, levar as políticas públicas defendidas pelo partido para as localidades onde governa, assim como nos parlamentos”, explicou Alicino.

Para o debatedor das bases do Partido Socialista Brasileiro, o desafio é a criação de uma nova esquerda, dentro da concepção de uma nova internacional. E, nesse sentido, a Autorreforma do PSB está bastante avançada.

“O partido não pode pensar só em disputar eleições a cada quatro anos para prefeito, vereador, governador. Tem que disputar eleição para sindicato, associação de morador, grupo de jovens, grupos de mães, centro acadêmico, grupo estudantil. Nós precisamos preparar militantes com formação ideológica, com disciplina partidária. Eu gostaria que fosse disciplina revolucionária, como foi a minha. E assim termos coerência política.”

A Secretária Nacional de Mulheres, Dora Pires, foi incluída no debate com a missão de responder à difícil questão nacional: Qual o papel do PSB no enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil?

Muito trabalho foi construído, nos 22 anos de criação da Secretaria Nacional de Mulheres. Segundo Dora, são vários os avanços, e um, muito importante, foi a mudança de conduta interna do próprio partido, que passou a debater mais sistematicamente as questões das mulheres.

No que diz respeito à violência, ainda é um tema relevante e crescente, no Brasil. “Nós, mulheres, estamos sempre num esforço diário para tentar

impedir esse avanço e construir uma relação de maior força no que diz respeito às mulheres que sofrem violência e aos agressores propriamente ditos.”

Sobre a Lei Maria da Penha, Dora asseverou a importância da medida, mas validou sua insuficiência. “Os partidos deveriam fazer diferença no que diz respeito a isso até porque a política é um único meio real de transformação na sociedade.”

A Secretária Nacional avaliou a trajetória do partido e concluiu que há dificuldade de construir, ainda internamente, de garantir a representatividade feminina. “Essa dificuldade transpassa para as hostes das nossas representações de Executivo, no que diz respeito à formação de políticas públicas, que ainda é muito tímida. Há Estados que não têm secretaria da mulher, por exemplo. O PSB precisa atuar para tirar a mulher da invisibilidade.”

Para tentar diminuir essa diferença, segundo Dora Pires, a legislação eleitoral, que atualmente oportuniza 30% das nominatas, do tempo de televisão, dos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral, precisa avançar. “As candidaturas das mulheres não nascem de uma colocação espontânea, é necessário um trabalho de formação.”

Na tentativa de contribuir, a Secretaria Nacional está construindo uma plataforma com três módulos específicos sobre campanha para as mulheres. A questão das políticas públicas de gênero para as mulheres socialistas e as questões das mídias sociais em todos os níveis, contou a secretária.

Outras duas rodadas de perguntas e respostas foram conduzidas por Ricardo Coutinho, oportunizaram o aprofundamento por parte dos debatedores.





A Reforma Tributária em Disputa e o Financeirismo Predatório: O Brasil não Merece o Brasil

Úrsula Peres

Economista, Professora no Curso de
Gestão de Políticas Públicas da USP

Eduardo Fagnani

Economista, Professor do Instituto de
Economia da Universidade
Estadual de Campinas

Elias Vaz

Deputado Federal-PSB

Ricardo Coutinho

Moderador

O Presidente da Fundação João Mangabeira, Ricardo Coutinho, abriu a 15ª edição do Pense Brasil dedicando-a ao pensador brasileiro Celso Furtado, que no dia 26 de julho de 2020, teria completado 100 anos. Nascido em Pombal, Paraíba, a produção intelectual do economista, ex-aluno da escola pública de João Pessoa, influenciou a política brasileira com suas reflexões sobre a ciência econômica. “Ele sempre quis um Brasil inteligente, generoso, democrático e igualitário”, disse Coutinho, certo de que nenhuma homenagem estaria à altura do trabalho realizado por Celso Furtado.

Na sequência, apresentou Úrsula Peres e Eduardo Fagnani, os dois Economistas e Professores e o Deputado Federal Elias Vaz, do PSB de Goiás. Guiado pelo tema: A Reforma Tributária em Disputa e o Financeirismo Predatório, o moderador fez a primeira pergunta aos três debatedores: Qual o retrato atual do sistema tributário brasileiro e a quem ele serve?

A Economista Úrsula Peres iniciou asseverando que a reforma é fundamental, exatamente porque o sistema atual é complexo, ineficiente e, sobretudo, regressivo e injusto. A tributação indireta sobre produção e consumo e pouco incidente sobre renda e patrimônio, evidencia as falhas do modelo.

Apesar de haver um consenso sobre essa fragilidade do sistema tributário entre lados diferentes, existe também, de acordo com a Economista, muita divergência sobre como promover a mudança. “Há vários caminhos sendo propostos”, disse ela. Alguns deles refletidos em duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs), a 45 e a 110, que estão tramitando no Congresso Nacional, e propõem substituir uma série de impostos, como o Imposto sobre Serviço (ISS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e vários outros, que incidem sobre consumo e produção, por um imposto do tipo de valor agregado. “As duas PECs têm distinções. Uma é proposição federal e a outra estadual, mas ambas estão incidindo sobre produção e consumo”, orientou a Professora.

Entre os pontos a serem dirimidos, dois se destacam: A dificuldade de produção e o fato de os

tributos incidirem sobre os mais pobres. “Quanto mais você cobra sobre o consumo, mais aqueles que praticamente não têm renda são tributados, porque eles consomem praticamente toda a sua renda”, explicou a especialista.

A reforma tributária ideal, segundo Úrsula Peres, precisa ser ampla e rever a tributação direta sobre renda e patrimônio. “O sistema promove a injustiça horizontal e vertical; ele não tributa adequadamente conforme a renda cresce e nem as mesmas rendas, e, além disso, pratica uma baixíssima tributação sobre patrimônio.”

É necessária a busca por uma harmonização entre os entes da Federação e melhor distribuição dessas receitas, para que de fato o Brasil possa ser um país mais equânime. Segundo a Professora, a proposta em tramitação não será suficiente para garantir o avanço, porque não mexe na tributação sobre renda e patrimônio. “Isso tem que ser feito em conjunto”, asseverou. Para ela, não é possível rever as regras de produção e consumo e não abrir o debate para as outras revisões.

“Nós somos um dos países mais desiguais do mundo”, iniciou Eduardo Fagnani. Depois explicou sua afirmação, referindo-se ao Estudo de Thomas Piketty, sobre desigualdade no Brasil. “De 28% a 30% de toda a renda gerada no País fica nas mãos de 1% da população. E temos um dos sistemas tributários mais regressivos do mundo.”

Para explicar melhor os disparates do sistema brasileiro, o economista fez comparações: “50% de tudo que nós arrecadamos é tributado sobre o consumo. Nos Estados Unidos são 17%”. Depois, comparou com a Dinamarca, país onde 65% da arrecadação de tributos vem de renda e patrimônio. Nos Estados Unidos, 50% e, no Brasil, 20%. “O Imposto de Renda Pessoa Física e o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, que deveriam ser o coração do sistema tributário, no Brasil, corresponde a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 9%, 10% do PIB.”

O Deputado Alessandro Molon, do PSB, é um dos proponentes de um projeto que ficou conhecido como Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável.

A Emenda Substitutiva Global 178, à PEC 45, tramita no Congresso desde outubro de 2019 e recebeu pouquíssima atenção da grande mídia. “As pessoas acham que só existem duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso. Não é verdade são quatro, considerando essa do Governo”, esclareceu o economista.

A Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável, que tem o apoio de todos os partidos da oposição, é a única que enfrenta a questão central; propõe ampliar as receitas, a tributação sobre renda e patrimônio; e reduzir a tributação sobre consumo e a folha de pagamento. “Os estudos técnicos que foram feitos mostram, com dados de 2015, que tecnicamente é possível aumentar em R\$ 350 bilhões a renda e patrimônio e reduzir R\$ 350 bilhões o consumo e a tributação sobre folha de pagamentos, se a sociedade quiser manter a carga tributária inalterada”, considerou amplamente o Economista Eduardo Fagnani.

O mundo atravessa uma das maiores crises do capitalismo, comparada, inclusive, por alguns especialistas, ao boom de 1929. Para intensificar essa possibilidade, o professor retratou o comportamento do Financial Times, “a bíblia do capital financeiro global”. Em seus últimos editoriais, o jornal declarou a necessidade de um novo pacto social.

Eduardo voltou a citar os estudos de Piketty para referenciar uma fala do pesquisador: “Em matéria tributária, as duas grandes inovações do século XX foram a tributação progressiva sobre as altas rendas e a tributação progressiva sobre heranças”. Então, fez novas comparações: “Não sei se vocês sabem, mas a alíquota máxima do imposto de renda para quem ganha muito chegou a mais de 90%, no Reino Unido e nos Estados Unidos, entre 1940 e 1980. O imposto sobre heranças, que até a Primeira Guerra era uma taxa em torno de 10%, passou para mais de 50% em vários países e mais de 70% no Reino Unido e nos Estados Unidos”.

O Deputado Federal Elias Vaz deteve-se, de início, a responder à segunda parte da pergunta do moderador Ricardo Coutinho. A quem interessa esse modelo de tributação? “A quem está no topo da pirâmide”, certificou o parlamentar do PSB.

Para acentuar a realidade do País, Elias Vaz lembrou que os 42 bilionários brasileiros mais ricos tiveram um aumento no seu patrimônio, nos últimos quatro meses, de março a junho de 2020, de US\$ 34 bilhões, o equivalente a R\$ 175 bilhões. Isso posiciona, segundo o Deputado, qual é o cerne do problema do Brasil. “Essa é a grande reforma do País.”

Referindo-se à proposta do Ministro Paulo Guedes, ou às duas PECs que tramitam no Congresso, o Deputado não se opôs à simplificação contida nos dois documentos, por que isso aumenta, segundo ele, o Custo Brasil, mas reiterou que está claro que não basta.

Outro tema que merece destaque, apontado pelo Deputado, são os incentivos fiscais. “Numa lógica regional, de interesse público, com retorno para as questões ambientais, acho válido, mas, no Brasil, quem tem uma boa articulação política, muitas vezes consegue esse tipo de benefício, sem mérito.”

No Estado de Goiás, que tem uma arrecadação anual em torno de R\$ 24 bilhões, disse o deputado goiano, a renúncia fiscal é de R\$ 8 bilhões. Então, concluiu ele, grandes grupos não pagam impostos como deveriam pagar e deu como exemplo uma fábrica de carros, que paga somente 2%.

A Economista Úrsula Peres aceitou o desafio do moderador de narrar os processos necessários para que a reforma ideal tenha uma chance no Brasil. Para ela, nessa revisão do modelo tributário, tem que se pensar nos impostos em suas várias incidências e, por isso, torná-los simplificados, unificados.

Esse debate, segundo a Professora, passa pela guerra fiscal entre os estados. Ela chamou a briga de fraticida e retrógada, já que o ICMS é um imposto obsoleto. “O ICMS não tributa mais na sua potencialidade. Há toda uma discussão sobre economia digital que hoje o ICMS não alcança. Tem uma série de questões que estão sendo discutidas e conseguem ser tributadas pelo ISS e ele está a cargo dos municípios. Então, além de ter uma guerra fiscal entre os Estados, há uma briga sobre uma bitributação entre Estados e Municípios, que muitas vezes recorrem ao Supremo e tem demorado para

chegar a uma decisão, o que promove uma complexidade para o sistema e vira um imbróglio jurídico muito complexo”, explicou didaticamente a palestrante.

O projeto que o Governo apresentou é muito tímido, disse Úrsula Peres. Propõe um ajuste de tributação sobre produção só dos tributos federais, sem uma adequação ao que já estava tramitando no Congresso, incluindo os impostos estaduais e municipais.

Se o Brasil quer ser um país com políticas sociais universais e focalizadas, que atendam aos mais desassistidos, não dá para reduzir a carga tributária, é necessário adequá-la. Somente uma compensação no imposto sobre a renda e patrimônio com equidade horizontal e vertical. “Uma pessoa que ganha R\$ 15 mil com salário paga imposto e quem ganha R\$ 15 mil via dividendo, não paga imposto. Isso não é justo e precisa ser repensado”, reforçou a Professora.

Outro ponto é o imposto sobre propriedade. Os municípios que têm o encargo de administrar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) operam com baixa potencialidade desse imposto enquanto, em muitas capitais mundiais, o imposto sobre propriedade urbana é a fonte de recursos para a intervenção urbana. “Boa parte do Brasil não é urbana, os municípios mais rurais terão dificuldade de ter um IPTU alto, mas, mesmo aqueles que são bastante urbanizados, mesmo nas capitais, a potencialidade do IPTU está muito longe do que se poderia arrecadar com essa tributação. E as alíquotas pouco progressivas também”, avançou Úrsula Peres.

O economista Eduardo Fagnani evidenciou, para não deixar qualquer dúvida, que as PECs 45 e 110, e a proposta do Governo, são limitadas e socialmente injustas. “Limitadas porque não oferecem um tostão a mais para o Estado”, explicou.

Segundo ele, é fundamental um projeto que reforce a capacidade financeira dos estados, para que possam enfrentar os dilemas provocados pela pandemia. A falta de renda advinda do trabalho precisará ser substituída. “Um programa decente desse tipo custa de R\$ 150 a R\$ 200 bilhões”, completou o economista.

O núcleo que conduziu a elaboração da Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável, do qual o economista Eduardo Fagnani fez parte, atuou por quatro meses e, ao concluir, sistematizou um documento, intitulado: Tributar os Super-ricos para Reconstruir o Brasil, que prega a inversão da ordem.

“Para nós”, disse o economista, “primeiro faz a tributação da renda e patrimônio, depois faz a reforma do consumo, que também é necessária”.

Os componentes do núcleo entendem que deve haver aumento da carga, como reposição da queda da arrecadação. “Quando a economia se recuperar, se faz a do consumo e reduz a carga sobre o consumo”, explicou.

O documento organiza oito propostas e apresenta os modelos de legislação. “A maior parte é possível ser feita com leis complementares”, completou Eduardo. O cronograma do grupo previa o debate para o segundo semestre de 2020 e aplicabilidade a partir de 2021.

O potencial de arrecadação estimado é de R\$ 290 bilhões a mais da arrecadação atual. “Nós isentamos as pequenas empresas, que têm faturamento de até R\$ 360 mil. Isentamos as camadas de baixa renda, quem ganha até 3 salários mínimos, o que corresponde a cerca de 11 milhões de declarantes do imposto de renda. Fortalecemos a Federação, porque nós estamos propondo que uma parte desse acréscimo de receitas vá para Estados e Municípios. E taxamos as grandes rendas e os grandes patrimônios de 0,3% da população”, esclareceu didaticamente o Professor de Economia.

Sobre as grandes fortunas, a proposta é taxar quem tem mais de R\$ 10 milhões de patrimônio. Isso atinge 60 mil pessoas, aproximadamente 0,28% da população. “A gente mostra que é possível ter o aumento da arrecadação, aumentar a progressividade, capacitar o Estado para equilibrar a crise, fazendo com que os super-ricos passem a contribuir, porque eles nunca contribuíram.”

Para melhor explicar, Eduardo exemplificou uma das propostas. “Uma pessoa que recebe R\$ 1 milhão, porque é sócio de uma empresa, a empresa é que vai distribuir o lucro. Então, a pessoa física vai

receber R\$ 1 milhão, como lucros e dividendos. Esse R\$ 1 milhão não tem tributação, enquanto uma pessoa que ganha R\$ 5 mil paga 27,5% na fonte. Isso é um escândalo”, expressou o Economista.

A distribuição de lucros e dividendos não tributada, combinada com uma nova tabela progressiva de imposto de renda, é uma base importante da proposta organizada pelos partidos de esquerda.

Outro ponto apresentado pelo documento é a elevação das faixas de alíquotas. Atualmente, são quatro, e eles indicam que sejam sete. “Mas isentamos quem ganha até três”, explicou. “No entanto, a gente começa a ter alíquotas maiores para quem recebe a partir de R\$ 25, R\$ 30, R\$ 40, R\$ 50, R\$ 100 mil reais por mês”, avançou o economista, sobre o conteúdo da Reforma Sustentável e Justa.

Na tentativa de responder ao moderador Ricardo Coutinho, sobre como é possível fazer o País crescer com tributação, o economista Eduardo Fagnani explicou que, quando o governo isenta as microempresas, isenta logicamente as pessoas de baixa renda. Com isso, incentiva o consumo, logo, também a economia, já que as pessoas têm uma parte da sua renda liberada para consumir. Quando consome, o cidadão aumenta a demanda agregada. Ao ter demanda, as empresas investem e, ao investir, geram empregos, fazendo a economia girar. “Assim, a melhor forma de fazer o País crescer é reduzir a tributação sobre o consumo”, resumiu o economista.

Outra proposta desse grupo, em relação à reforma tributária, são as mudanças no imposto sobre doações e heranças, fixando uma alíquota mínima de, pelo menos, 8%, e, uma máxima, de 30%. Atualmente, a alíquota máxima de doações e heranças, no Brasil, é de 8%. A média no mundo chega a 30% ou 35%. “A França e outros países cobram mais de 40%”, disse o debatedor.

No documento, defende-se a elevação da contribuição sobre o lucro líquido para determinados setores, como, por exemplo, bancos e mineradoras.

O Deputado Federal Elias Vaz reiterou que a população brasileira não consegue assumir

nenhum novo aumento de alíquota tributária. Qualquer proposta que desconsiderar essa assertiva, aumentará ainda mais os problemas do trabalhador.

Ao retomar a palavra, a Economista Úrsula Peres voltou a refletir sobre os Estados e os Municípios, que são os grandes agentes de implementação de políticas públicas de educação, saúde e assistência. “Não é a União que provê diretamente essas políticas, são os Estados e Municípios. Porém, a repartição do bolo tributário é desigual entre os entes e desigual entre as Unidades da Federação”, disse ela.

Quando o estado de calamidade decorrente da covid-19 foi instalado, os Estados e Municípios não estavam em suas melhores práticas financeiras, porque, desde 2013, as quedas de produção e arrecadação têm afetado diretamente esses entes federados. “Como a dependência do ICMS é brutal, e hoje também, cada vez mais, do ISS, a cada oscilação econômica, sofre a saúde, sofre a educação, e todas as políticas são calcadas na arrecadação desses impostos”, esclareceu a Professora.

Para exemplificar, Úrsula citou os pais dos estudantes das escolas privadas, que recorrerão aos serviços públicos, incapazes de pagar as mensalidades. A pergunta sem resposta é se os estados e municípios conseguirão absorver essa nova demanda.

O paradoxo, segundo a economista, é ter que buscar a inclusão apenas para o gasto e não pela tributação. “A gente não conseguiu fazer uma redução da desigualdade efetiva a partir da política tributária, que é o melhor instrumento para isso.”

Para a Professora, não existe um federalismo fiscal que trabalhe de fato a equalização das diferenças regionais. “O Brasil é muito injusto, nessa divisão de carga. Talvez o [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] Fundeb seja o melhor exemplo de uma equalização fiscal”, disse ela.

A Economista Úrsula Peres não descarta a necessidade de mudanças nas constituições estaduais e a adoção do regime de teto de despesa, tal qual a União fez. “Já têm alguns Estados que

assumiram isso para receber apoio federal. Isso vai fazer com que aumente a injustiça, porque eles não vão poder fazer ampliação de despesas na educação e na saúde, então, a gente não vai conseguir ampliar o atendimento, vai reduzir”, alertou, intensificando o problema.

A questão do endividamento tem que ser unificada, insistiu a professora. É necessário, nesse momento de crise, em que as dívidas são previstas, preparar uma nova composição tributária, para que os governos sigam cumprindo suas demandas sociais. “Para ser sustentável, é preciso que seja equanimemente dividida entre Estados e Municípios, porque são eles que têm que dar conta da inclusão via educação, saúde e via controle da assistência social.”

Sobre esse tema, o Economista Eduardo Fagnani retomou a proposta de reforma tributária defendida pelos partidos de esquerda e como fortalecer o pacto federativo. “Especialmente o caso dos Estados, que foram mais prejudicados desde 1988, propondo que 10% da receita do imposto de renda e da receita do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) que vai ser criado, sejam distribuídos 8% para Estados e 2% para Municípios. A estimativa é que isso deva representar um aumento de receitas de R\$ 63 bilhões para a União, R\$ 86 milhões para os Estados e R\$ 56 milhões para os Municípios.

O Deputado Federal Elias Vaz ironizou um dos slogans usado pelo governo: “Menos Brasília e mais Brasil”, identificando-o como simples retórica. “Não é o que estamos vendo, em especial no Congresso Nacional. As desigualdades continuam, os municípios estão empobrecendo cada vez mais e a proposta do governo de reforma tributária não dá conta de resolver essas questões.”



Capa em papel Couche Brilho LD 210 g/m em 4x4 cores.
Miolo: Couche Brilho 115 LD g/m em 4x4 cores.
Grampeado. Tiragem: 3.000 unidades

Qualidade Gráfica e Editora

Polo JK - Trecho 01 - Conjunto 03 - Lote 06 - Santa Maria
Brasília - DF | CEP: 72.549-515
Tel.: 61 3386-5199 | www.qualidadedef.com.br
qualidade@qualidadedef.com.br

“
NÃO
vamos
desistir
do **Brasil**”

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60441-47-3



9 788560 441471

